

LUCIENE DA COSTA RODRIGUES

**SISTEMA AGRÍCOLA ADOTADO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA
GUIA: PROVÍNCIA SERRANA, CÁCERES/MT, BRASIL**

TANGARÁ DA SERRA/MT

2013

LUCIENE DA COSTA RODRIGUES

**SISTEMA AGRÍCOLA ADOTADO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA
GUIA: PROVÍNCIA SERRANA, CÁCERES/MT, BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo José Neves

TANGARÁ DA SERRA/MT, BRASIL

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

R696s Rodrigues, Luciene da Costa.
Sistema Agrícola Adotado na Comunidade Nossa Senhora da Guia:
Província Serrana, Cáceres/MT, Brasil. – Tangará da Serra - MT /
Luciene da Costa Rodrigues. 2013.

Orientadora: Dr. Ronaldo José Neves.
Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sistemas de
Produção Agrícola - ." Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
– Campus de Tangará da Serra/MT, 2013.

1. Comunidade Rural. 2. Ocupação Territorial. 3. Unidades de
Paisagem. 4. Manejo agrícola. I. Título.

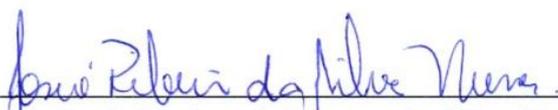
CDU 62(817.2)

LUCIENE DA COSTA RODRIGUES

**SISTEMA AGRÍCOLA ADOTADO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA
GUIA: PROVÍNCIA SERRANA, CÁCERES/MT – BRASIL**

Dissertação apresentada a Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 28 de fevereiro de 2013.



Prof. Dr Josué Ribeiro da Silva Nunes
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT



Prof. Dr Maria Christina de Mello Amorozo
Universidade Estadual Paulista - UNESP



Prof. Dr Ronaldo José Neves
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
(Orientador)

DEDICATÓRIA

Dedico aos agricultores da comunidade Nossa Senhora da Guia pela contribuição no estudo e aos meus pais Lucinda e Sebastião pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor-Orientador Ronaldo José Neves pela paciência, competência, atenção e principalmente pela forma ética com que conduz a pesquisa.

À minha “mãe científica”, a Professora Maria Antonia Carniello pela identificação das plantas e pelas sugestões.

Aos agricultores da comunidade Nossa Senhora da Guia, por aceitarem participar do estudo e deixar “eu” conhecer e fazer parte do seu modo de vida, nem que seja por alguns meses, foram aprendizados riquíssimos que contribuiu para a construção da minha pesquisa e carreira acadêmica.

À UNEMAT – Universidades do Estado de Mato Grosso, campus de Tangará da Serra, por oferecer o Curso de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola e a Capes pela concessão da bolsa.

Aos membros da Banca Examinadora a Prof^a Maria Christina de Mello Amorozo, ao Prof. Josué Ribeiro Nunes da Silva e a Prof^a Sandra Mara Alves da Silva Neves, que aceitaram o convite, grata pelas contribuições.

Aos amigos Prof. Arno Rieder pelo incentivo, ao Prof. Santino Seabra pelas sugestões, ao Maurício por apresentar a comunidade Nossa Senhora da Guia, à Jéssica pelas contribuições em campo, à Lais pela elaboração dos mapas, ao Aremilson pela formatação do trabalho e outros(as) que colaboraram direta e indiretamente com a pesquisa.

À minha mãe Lucinda e ao meu pai Sebastião pelo apoio, incentivo, carinho e paciência.

Obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	12
CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA REGIÃO DA MORRARIA: COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA GUIA, CÁCERES/MT, BRASIL	13
NATUREZA E O ESPAÇO DE CULTIVO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA GUIA, CÁCERES/MT, BRASIL	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida na comunidade rural Nossa Senhora da Guia, localizada na porção leste do município de Cáceres, as margens da BR-MT 343. Esta localidade pertence a uma região da Província Serrana de Mato Grosso que atualmente é classificada como Salobra Devoluto VIII - Área "C". O objetivo deste estudo é contextualizar o processo de ocupação territorial, aspectos sociais, culturais e religiosos e a partir desses dados compreender a forma de manejo agrícola adotado pelos agricultores nas unidades de paisagem roça, pastagem e quintal. Este estudo compreendeu três fases: A 1ª fase, delimitação da área de estudo e mapeamento estabelecendo os pontos de coleta; 2ª fase, visitas periódicas para escolha dos informantes, totalizando cinco. Na 3ª fase foram realizadas entrevistas seguindo-se um roteiro semiestruturado e observação por 18 meses na comunidade. A identificação das espécies vegetais foram realizadas *in loco* por um especialista da área, também analisou-se Frequência absoluta e Frequência relativa das espécies vegetais. Os resultados obtidos quanto à ocupação territorial, segundo que consta na literatura e relatos dos agricultores as terras em que a comunidade está estabelecida são de origem sesmarias. Quanto à origem dos agricultores, obteve maior representatividade o estado de Mato Grosso, a idade dos moradores variou de 42 a 81 anos e o respectivo tempo de moradia no local entre 18 e 80 anos. A escolaridade revelou desde um não escolarizado, três com ensino fundamental incompleto até um com ensino médio completo. A renda dos agricultores é obtida com o cultivo das roças e complementada com a aposentadoria e auxílios do governo. Quanto à tipologia das casas, alguns agricultores utilizam recursos disponíveis na natureza e de fabricação caseira como de telhas e tijolos. Constatou-se que há moradias construídas mediante a compra dos materiais. A religiosidade predominante na comunidade estudada é a católica, que caracteriza-se por festas sociais, rezas e missas realizadas na igreja Nossa Senhora da Guia. Em relação às espécies vegetais, foram identificadas 144 espécies de plantas presentes nas propriedades investigadas. Destas, 30 espécies foram mais indicadas pelos agricultores. As plantas presentes nas roças obtiveram-se 38 denominações, sendo mais indicada a mandioca (*M. esculenta*). Também apresentou uma forte ligação da roça com os quintais, sendo o quintal usado para plantio em menor quantidade e na conservação de mudas de determinadas plantas. Em relação ao manejo adotado nas unidades de cultivo, em duas propriedades constatou-se o uso da mecanização e em três propriedades fazem uso manual como a capina. O plantio segue estações do ano e as fases lunares, e o controle de insetos em plantas e animais é realizado por meio de extratos de plantas com potencial biocida. A forma de colheita e armazenamento dos produtos advindos da roça é manual, sem uso de maquinários. O saber, o modo de fazer das populações humanas, é a base de uma agricultura sustentável, pois utilizam meios naturais no controle de pragas e fabricação própria de utensílios que contribuem no manejo das unidades produtivas, aspectos destes que colaboram com ecossistema, mantendo assim a produção por um longo tempo.

Palavras Chave: Comunidade Rural, Ocupação Territorial, Unidades de Paisagem, Manejo agrícola.

ABSTRACT

This research was developed in the rural community Nossa Senhora da Guia, located in eastern portion Cáceres city, the margins of BR-MT 343. This site belongs to a mountainous region of the Province of Mato Grosso that is currently classified as Salobra Devoluto VIII - designated "C". The objective of this study is to contextualize the process of territorial occupation, social, cultural and religious and from these data to understand agricultural management adopted by farmers on the landscape units Roca, pasture and backyard. This study comprised three phases: 1ST phase, delimitation of the study area and mapping by establishing the collection points; 2ND stage, periodic visits to choice of informants, totaling five. In the 3RD phase interviews were conducted using a semi structured script and observation for 18 months in the community. The identification of the plant species were carried out in situ by a specialist in the area, also examined whether absolute frequency and relative frequency of plant species. The results regarding the territorial occupation, second appearing in the literature and reports of farmers the land on which the Community is established are of origin sesmarias. As to the origin of the farmers, got greater representativeness the state of Mato Grosso, the age of the residents ranged from 42 to 81 years and the respective time of dwelling on site between 18 and 80 years. The schooling revealed since a not schooled, three with incomplete elementary education up to a high school. The income of farmers and obtained with the cultivation of the spindle is complemented with the retirement and aid the government. On the typology of the houses, some farmers use available resources in nature and homemade as of tiles and bricks. It was noted that there are homes that built upon the purchase of materials. The predominant religion in the community studied and the Catholic Church which is characterized by social events, prayers and Masses held in church of Nossa Senhora da Guia. In relation to plant species, were identified 144 species of plants present in the properties investigated. Of these 30 species were more indicated by farmers. The plants present in spindle obtained 38 designations, being more indicated the cassava (*M. esculenta*). Also presented a strong connection of Roca with the backyards, being the backyard used for planting in smaller quantities and in conservation of seedlings of certain plants. In relation to the management adopted in the units of cultivation, in two properties it was found that the use of mechanization and in three properties make use manual as the weeding. The next item is the planting seasons and the moon phase, and the control of insects in plants and animals is carried out by means of plant extracts with potential biocide. The form of collection and storage of the products originated from the Roca and manual, without the use of machinery. The knowledge, the way to make the human populations, and the basis for a sustainable agriculture, therefore, use natural means to control pests and manufacturing its own utensils that contribute in the management of the productive units, aspects of those who collaborate with ecosystem, thus maintaining the production for a long time.

Keywords: Rural community, territorial occupation, landscape units, agricultural management

INTRODUÇÃO

Em parte, a biodiversidade está associada em lugares onde as pessoas têm morado há muitas gerações, utilizando os recursos de seu meio ambiente de uma maneira sustentável. Essas pessoas recebem diferentes denominações como: pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos, varjeiros e outros (DIEGUES et al., 2001). Estas populações, que têm um modo de vida tradicional em áreas rurais, recebendo relativamente pouca influência externa no que se refere à tecnologia moderna, são frequentemente denominadas de: “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “sociedade tribal”, “culturas” ou “indígena”. Tendem a ser acompanhadas por um dos seguintes adjetivos: “tradicional ou nativa”, “autóctones”, “rurais” ou “locais” (VIANNA, 1996; DASMANN, 1991).

Além destas classificações, citadas por diferentes autores, outras têm sido propostas para caracterizar as populações tradicionais não-indígenas, como exemplo, o termo “morroquiano”, é uma denominação não reconhecida por todos os moradores, porém os naturais da localidade Nossa Senhora da Guia, localizada no município de Cáceres/MT, se auto reconhecem como morroquianos, termo este que caracteriza a comunidade por ter a sua própria cultura. A denominação “morroquiano” origina-se da palavra Morraria, que é conhecida à região em que comunidade Nossa Senhora da Guia está localizada e também por estar inserida entre duas Serras: Taquaral e Paraguai. Outra denominação para essa região, também usada pelos agricultores é Taquaral. Nesta pesquisa optamos pelo nome – Morraria.

O conhecimento das populações indígenas e não-indígenas sobre o ambiente em que vivem vem sendo estudado por vários autores em várias regiões do Brasil. Esse tipo de pesquisa é importante, pois registra de uma forma ética o conhecimento de povos tradicionais, cuja cultura local, com o passar dos , vem perdendo suas raízes devido às gerações atuais virem para a cidade trabalhar ou estudar, pois a maioria das comunidades rurais não possui suporte quando se trata de unidades escolares, atendimento médico e outros. De acordo com Diegues et al. (2001):

o conhecimento tradicional é definido como um conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades,

sobretudo para as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social.

O conhecimento das populações humanas e o manejo natural da terra associados à diversidade biológica local consolidaram-se após a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas e as maiores Organizações Não-Governamentais de conservação em 1992, que buscou discutir formas de combinar maior proteção do meio ambiente com um desenvolvimento econômico mais efetivo em países menos ricos (NAÇÕES UNIDAS, 1993 a,b).

Nessa perspectiva, o conhecimento e as práticas de manejo adotado por populações tradicionais e não-tradicionais, vem desempenhando um papel importante no que diz respeito à conservação da diversidade biológica, pois o uso de plantas e animais, dentro da capacidade de recuperação, revelam processos de existência de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES et al., 2001).

Segundo Leff (2012), as práticas de produção fundadas na simbolização cultural do ambiente, em crenças religiosas e em significados sociais atribuídos à natureza geram diferentes formas de percepção e apropriação, regras sociais de acesso e uso, práticas de gestão de ecossistemas e padrões de produção e consumo de recursos. As estratégias de produção desenvolvidas por diferentes populações humanas aplicam o desenvolvimento de práticas específicas de uso dos recursos de cada grupo étnico, como exemplo, da comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT onde os espaços da roça e da pastagem estão associados com o ambiente natural, havendo interações das espécies (vegetal e animal) e reciclagem de nutrientes.

Além do espaço de reprodução econômico, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades. A noção de lugar expressa valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente. Essa valorização é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias (LITTLE, 2002).

O território de povos tradicionais e não-tradicionais se fundamenta em décadas quanto a sua territorialidade e podem ser marcados por questões agrárias. Segundo Little (1994):

a longa duração das ocupações territoriais, fornece um peso histórico às reivindicações por parte das populações. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica manifesta a sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva na memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dar subsídio à profundidade e consistência temporal ao território.

Com base na contextualização de ocupação territorial, aspectos sociais, culturais e religiosos, esta pesquisa busca investigar a forma de manejo agrícola adotada pelos agricultores nas unidades de paisagem roça, pastagem e quintais. O método de escolha dos informantes partiu do princípio destes estarem no local por um longo período de tempo, tendo assim conhecimento maior sobre o ambiente em que vivem.

A comunidade Nossa Senhora da Guia é composta por treze propriedades das quais cinco aceitaram participar desta pesquisa. Dentre os cinco informantes, três são nativos daquela localidade e dois são migrantes, portanto nessa pesquisa vamos referir da seguinte forma: nativos (nascidos naquele lugar) e migrantes (vieram para aquele lugar). Os demais componentes que fazem parte da comunidade estudada, tendo maior representatividade são os migrantes. Poucos são nativos, os que estão na localidade devido à idade avançada a maior parte estão vendendo ou arrendando suas terras e migrando para a cidade.

A partir do objetivo geral desta pesquisa elaboraram-se dois artigos:

O **Artigo I**: Caracterização sociocultural da comunidade Nossa Senhora da Guia - contextualiza o processo de ocupação territorial da comunidade estudada, a partir de relatos dos agricultores, em literatura e por meio de aspectos sociais, culturais e econômicos dos agricultores.

No **Artigo II**: Espaço de cultivo - aborda sobre o manejo agrícola adotado pelos agricultores (nativos e migrantes), apresenta métodos usados no controle biológico, na colheita, no armazenamento de produtos advindos da unidade produtiva, bem como as ferramentas que auxiliam no dia-a-dia na roça.

No final desta pesquisa, reservamos o espaço das considerações finais com alguns comentários que entendemos ser importantes acerca do tema em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DASMANN, Raymond Frederick. The importance of cultural and biological diversity. In. OLDFIELD, Margery Lincoln; ALCORN, Janis (eds.), **Biodiversity: Culture, Conservation and Ecodevelopment**, Westview Press, Boulder, CO, 1991, 7-15p.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira; FIGOLS, Francisca Aida Bardoza; ANDRADE, Daniele. **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, São Paulo/USP, 2001, 211p.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, 494p.

LITTLE, Paul Eugene. **Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v. 332, 2002, p. 32.

LITTLE, Paul Eugene. Espaço, memória e migração: por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história**, v. 2, n. 4, 1994, p 5-25.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21: Rio Declaration and Forest Principles**. Post-Rio Edition. United Nations Publications, New York, 1993 a., 500p.

NAÇÕES UNIDAS. **The Global Partnership for Environment and Development**. United Nations Publications, New York, 1993 b., 239p.

VIANNA, Lucila Pinsard. **Considerações críticas sobre a construção da ideia da população tradicional no contexto das unidades de conservação**. 1996. 283f. Dissertação (Mestrado em Ciência Social). Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1996.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA REGIÃO DA MORRARIA: COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA GUIA, CÁCERES/MT, BRASIL

(Elaborado de acordo com a Revista Geografia - Recife)

Luciene da Costa Rodrigues¹, Ronaldo José Neves²

¹*Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola/PPGAT - UNEMAT. Email: lucyrodriques_bio@hotmail.com.*

²*Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola/PPGAT - UNEMAT. Email: rjneves@terra.com.br.*

RESUMO

A legislação fundiária aplicada no decorrer do período colonial foi estabelecida de modo descontínuo, dispersa, amplo número de resoluções administrativas e cartas de doação. Isto ocorreu nas diferentes partes do Brasil, incluindo a região de fronteira de Cáceres, em Mato Grosso. Com isso o objetivo deste trabalho é reunir dados da caracterização do espaço sociocultural por meio do histórico da ocupação territorial, aspectos sociais, culturais e religiosos da comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. Realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas. Com base na literatura e relatos dos agricultores envolvidos nesta pesquisa, constatou-se que as terras em que a comunidade está estabelecida teve origem em sesmarias. A idade dos agricultores variou de 42 a 81 anos, o respectivo tempo de moradia no local entre 18 e 80 anos e a escolarização compreende desde não escolarizado até o ensino médio completo. A principal fonte de renda dos agricultores é obtida com o cultivo de pequenas roças que suprem parcialmente as necessidades de subsistência da família, complementada por seguros sociais como aposentadoria e bolsa escola. Quanto à tipologia das casas, alguns agricultores utilizam recursos disponíveis na natureza e de fabricação caseira (telhas e tijolos). Há moradias construídas mediante a compra dos materiais de alvenaria. Dentre os informantes, predominam os de religião católica, caracterizada por homenagens às santas padroeiras, festas religiosas, e celebrações na comunidade. A infraestrutura do ambiente doméstico é constituída de objetos rústicos para armazenamento e preparação de alimento contrastando com a percepção dos moradores de que a chegada da energia elétrica facilitou a vida devido à iluminação noturna e aquisição de utensílios eletroeletrônicos. Esta comunidade apresenta um modo de vida próprio, caracterizado por costumes, crenças e cultura material, elementos estes que revelam experiências ligadas a suas origens.

Palavras-Chave: Ocupação territorial, Taquaral, Comunidade rural.

ABSTRACT

Land legislation applied during the colonial period was established in a discontinuous manner, dispersed, large number of administrative rulings and letters of donation. This occurred in different parts of Brazil, including the frontier region of Cáceres, in Mato Grosso. With this, the objective of this work is to gather data on characterization of associate cultured space through the history of territorial occupation, social, cultural and religious community of Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. A qualitative study was conducted through semi-structured interviews with open and closed questions. On the basis of the literature and reports of farmers involved in this research, it was found that the land on which the Community is established originated in sesmarias. The age of farmers ranged from 42 to 81 years, the time

of residence in place between 18 and 80 years and the education comprises since non-schooled until high school graduates. The main source of income for farmers and obtained with the cultivation of small spindle supplying partially the needs of subsistence of the family, supplemented by social insurance and retirement and Bag School. On the typology of the houses, some farmers use available resources in nature and to manufacture homemade (tiles and bricks). There are villas built upon the purchase of masonry. Among the informants, the predominance of Catholic religion, characterized by honors the holy patronesses, religious festivals and celebrations in the community. The infrastructure of the household environment consists of rustic objects for storage and preparation of food in contrast with the perception of residents that the arrival of electric energy facilitated the life due to nocturnal illumination and acquisition of utensils appliances. This community offers a way of life, characterized by customs, beliefs and culture media, elements that reveal experiences related to their origins.

KEYWORDS: territorial occupation, Taquaral, rural community.

INTRODUÇÃO

A diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária variedade fundiária. As múltiplas comunidades de populações humanas, cada uma delas, apresentam formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, assim formam núcleos importantes dentro dessa diversidade (LITTLE, 2002; NOZOE, 2006).

Dentre o grande número de populações humanas incluem-se os chamados pantaneiros, pescadores artesanais, praiheiros, sertanejos, varjeiros e outros (DIEGUES et al., 2001). Pessoas estas com suas próprias culturas e com seus modos de vida, agrupadas sob diversas categorias como: “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” etc. Tendem a ser acompanhadas por um dos seguintes adjetivos: “tradicional”, “autóctones”, “rurais” ou “locais” (VIANNA, 1996). Além destas classificações, citadas por Diegues et al., (2001), outras têm sido propostas para caracterizar as populações tradicionais não indígenas, a exemplo, o termo “morroquiano”, é uma denominação não reconhecida por todos os moradores, porém os naturais da localidade Nossa Senhora da Guia se auto reconhecem como morroquianos. Termo este que caracteriza a comunidade por ter a sua própria cultura. A denominação “morroquiano” origina-se da palavra Morraria, lugar onde localiza-se a comunidade Nossa Senhora da Guia e também por estar inserida entre duas Serras: Taquaral e Paraguai. Outra denominação usada pelos agricultores é Taquaral. Nesta pesquisa optamos pelo nome Morraria.

O estabelecimento dessas características ajuda a delinear uma compreensão sobre quem são essas populações no que se refere, por exemplo, à ocupação territorial. Este é um indicador relevante para o reconhecimento de uma população tradicional, mas é preciso

flexibilizar esse critério em um país como o Brasil, onde ocorrem problemas fundiários. Embora as características normalmente apresentadas para identificação de um povo como tradicional sejam válidas, entendemos que essas serão sempre, de algum modo, falhas perante a dinâmica social que não nos permite fixá-las de modo absoluto (MOREIRA, 2007).

Assim, o que faz um grupo ser identificado como tradicional não é a localidade onde se encontra, ele pode estar em uma unidade de conservação, terra indígena, terra quilombola, à beira de um rio, num centro urbano, numa feira, nas casas afro-religiosas, nos assentamentos da reforma agrária, enfim, não é o local que define quem são as pessoas, mas sim seu modo de vida e as suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica, em função de uma dependência que não pode ser apenas com fins de subsistência, pode ser também material, econômica, cultural, religiosa, espiritual entre outros fatores (MOREIRA, 2007; DIEGUES, 2000).

Nas últimas décadas, as comunidades de populações humanas vêm sofrendo um acelerado processo de desestruturação social e cultural, devido à forte influência da vida urbana, a partir da inserção de indivíduos externos nestes grupos. A pressão das sociedades urbanas no meio rural, segundo Diegues (2000), é um dos principais fatores que tem provocado a crescente perda da identidade cultural desses grupos e principalmente o acesso aos recursos naturais, em alguns casos.

No entanto, a proteção dos conhecimentos compõe a afirmação de uma agenda de luta que inclui muitos temas como meio ambiente, território, saberes, autodeterminação, direito a igualdade, a inclusão social, a direitos culturais, dentre outros (MOREIRA, 2007). Assim, o espaço social ocupado pelos agricultores morroquianos vem sofrendo transformações ao longo do tempo, num rápido processo de modificação demográfica, política, cultural, ecológica e econômica. Ritmos, dinâmicas e referências distintas contribuem para novas formas de articulação sócio espacial da população (AGUIAR, 2007, MENDES, 2005). Com base nesse enfoque, o estudo tem como objetivo reunir dados que caracterizam o espaço sociocultural da comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT por meio de registros da cultura local dos agricultores envolvidos nesta pesquisa, com vistas ao histórico da ocupação territorial e dos aspectos sociais, culturais e religiosos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de Estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade Nossa Senhora da Guia, localizada na porção leste do município de Cáceres, às margens da BR-MT 343, situada entre duas Serras: Taquaral e Paraguai, em cinco das treze propriedades rurais pertencentes à comunidade, a saber: Barreiro Vermelho, São José, Chapadinha, Santo Expedito e São Benedito (FIGURA 1). Essa localidade pertence a uma região da Província Serrana de Mato Grosso que atualmente é classificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Salobra Devoluto VIII - Área "C". Esta Gleba pertence à região da Morraria que abrange uma área de aproximadamente 15.720 ha, onde a titulação predominante são as Cartas de Sesmarias, segundo o Diagnóstico Técnico do INCRA (1994). Atualmente essas terras estão delimitadas e documentadas pelo órgão competente.

A hidrografia local apresenta dois córregos principais: Piraputangas e Jaberão, além de vários ribeirões, minas e cachoeiras, sem denominações, o que torna viável a ocupação no que tange ao abastecimento de água (INCRA, 1994).

O aspecto geomorfológico apresenta forma de relevo tipicamente movimentado e fortemente acidentado, tem presença de escarpas com afloramento de rocha. Em relação à pedologia do local constitui-se da associação de podzólico vermelho e amarelo, argila de atividade baixa, abrupto, plíntico textura média, argila cascalhenta mais latossolo vermelho, amarelo plíntico, ambos distróficos (RADAMBRASIL, 1982).

Pertence ao Bioma Cerrado com uma fisionomia de Formações Florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria e Cerradão) que englobam os tipos de vegetação com predomínio de espécies arbóreas e formação de dossel (MMA, 2007). O clima caracteriza-se pela presença de invernos secos e verões chuvosos, classificado como Aw de Köppen (tropical chuvoso), com temperatura média anual de 25° C (SILVA et al., 2006).

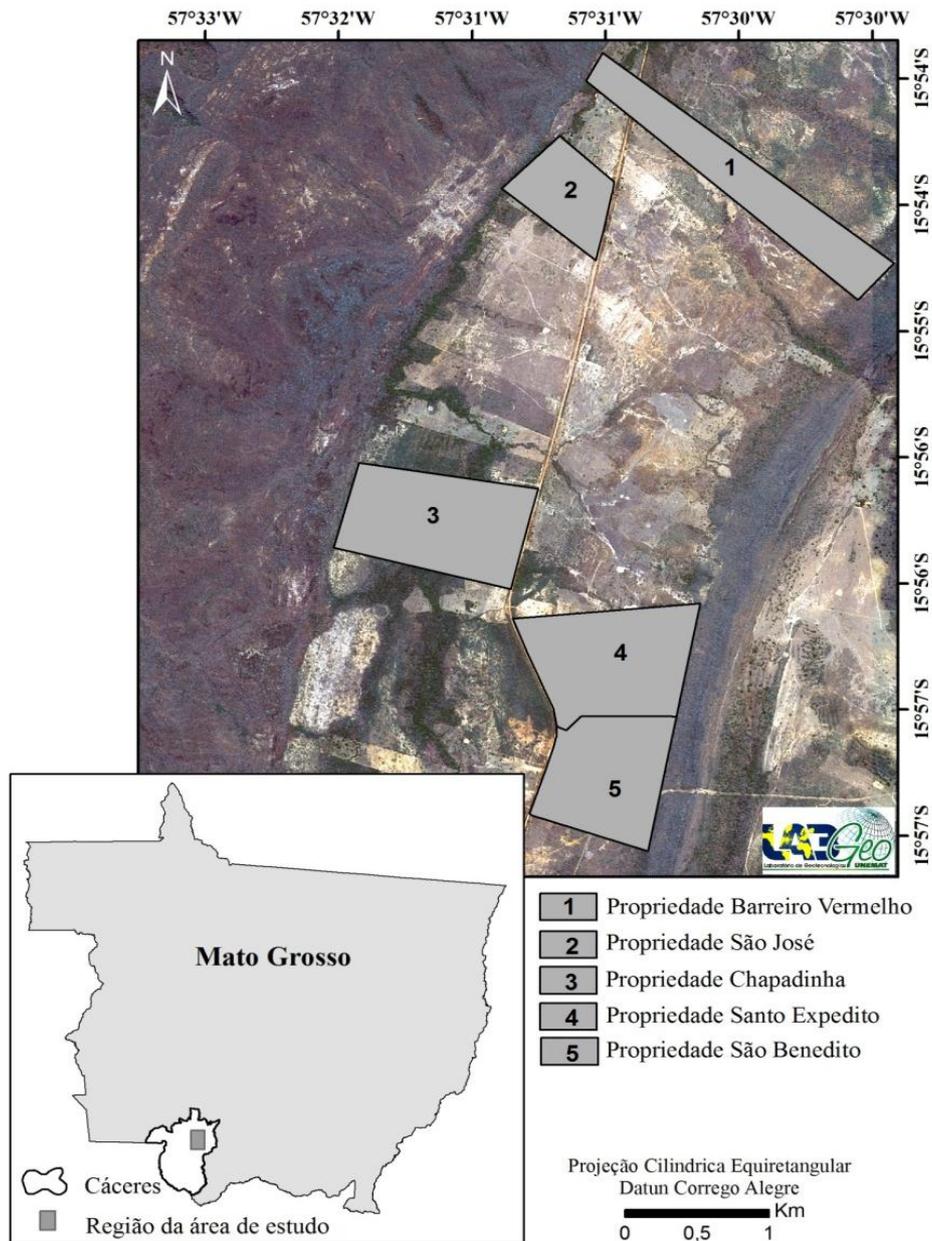


FIGURA 1. Localização da região de estudo - Comunidade Nossa Senhora da Guia - Cáceres/MT, apresentando as cinco propriedades rurais estudadas.

Procedimentos Metodológicos

Durante a pesquisa foram estabelecidas três fases de contato com a comunidade, as quais envolveram um período de 18 meses, de Maio/2011 a Novembro/2012, compreendendo as seguintes fases: 1ª fase - delimitação da área de estudo, mapeamento e estabelecimento dos pontos de coleta representados pela residência, mata ciliar, corpos d'água, espaços de produção e distribuição das espécies vegetais nas unidades de paisagem; 2ª fase - visitas periódicas para delimitação dos informantes totalizando cinco dos treze que compõem a comunidade. Com o público definido iniciou-se o processo de apresentação do projeto de

pesquisa e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após haver clareza da pesquisa e do termo, a documentação foi assinada pelo responsável da propriedade e encaminhada para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT para as providências legais. Com a aprovação do estudo, por meio do Parecer nº 102/2012, iniciou-se o processo de coleta de dados.

Na 3ª fase realizou-se uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas, segundo dispõem Lüdke e André (1986). Estabeleceu-se um longo período de contato com a comunidade Nossa Senhora da Guia, baseado em Bernard (1998), para a coleta de dados. Realizou-se entrevistas com auxílio de um formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas (Anexo 1), proposto por Alexíades (1996), caracterizando o perfil socioeconômico do informante, aspectos como infraestrutura das propriedades estudadas e a cultura religiosa. Levantou-se uma fundamentação teórica que trata de questões que envolvem a localidade quanto ao seu processo de territorialização. Os informantes tiveram liberdade para responder as questões do formulário e acrescentar outras que achassem importantes. As entrevistas foram realizadas com os responsáveis dos domicílios, compreendendo assim os homens.

Na coleta de dados utilizou-se o diário de campo, no qual foram registradas as informações pertinentes à pesquisa, durante o desenvolvimento do trabalho, incluindo o registro fotográfico de eventos que fazem parte da história da comunidade, como por exemplo a religiosidade e o cotidiano dos moradores. As gravações foram transcritas e identificadas de acordo com as recomendações adotadas em trabalhos com comunidades humanas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto Teórico de Ocupação Territorial

A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos já existentes no local “anteriormente” (LITTLE, 2002; NOZOE, 2006; MARTINS, 1996). Sack (1986:19) conceitua territorialidade como: “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo assim em seu território ou ‘*homeland*’”. Para Revel (1990), o território é dividido à população local em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas. Isso implica incorporar a análise da relação entre poder e espaço físico.

Nesta dinâmica, podemos identificar as origens que Oliveira (1998) chama de “processos de territorialização”, os quais surgem em “contextos intersocietários” de conflito. Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam outras formas territoriais. Desse modo, a partir de relatos dos moradores antigos da comunidade estudada, constatou-se que a área de localização da comunidade Nossa Senhora da Guia, na década de 1960, foi ocupada por fazendeiros de outras localidades após haver a delimitação de terras pelo órgão do governo.

Na década de 1960 houve muitas mudanças em relação à dinâmica sócio espacial da comunidade Nossa Senhora da Guia. Com a implantação da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, o governo Federal por meio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), atualmente INCRA, parcelou as terras que não possuíam documentação e, com isso, os naturais da localidade estudada desocuparam o local, migrando-se para a cidade, fazendo com que os fazendeiros tomassem posse das terras que tinham adquirido através da compra. Anterior ao parcelamento das terras, segundo os agricultores nativos que atualmente habitavam essa região, muitas famílias perderam suas terras por não ter o título de posse. As famílias que permaneceram na localidade possuíam documentação constando que suas terras eram herdadas ou simplesmente porque havia documentação de posse. Segundo Mendes (2005), os agricultores morroquianos relatam que com o parcelamento das terras interferiu no arranjo espacial do local, e também nas normas de convivência interna existente no grupo, bem como na relação dos indivíduos no modo de produção e trabalho.

Para Oliveira (1998), a territorialização é definida como:

um processo de reorganização social que implica quatro fatores básicos: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural, mediante do estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

O processo de territorialização no Brasil teve início quando a Coroa Portuguesa demonstrou interesse nesse país, especificamente na exploração do pau-brasil para fins comerciais. Com o passar dos anos a Coroa percebeu a necessidade de ocupar as terras, garantir sua posse e defendê-la da cobiça dos estados rivais (SILVA, 1998). Em conformidade com a lógica de ocupação territorial, o sistema adotado para ocupar as terras foi a sesmaria, que consiste na concessão de capitâneas hereditárias.

O regime de sesmarias foi estabelecido no período das capitâneas hereditárias, instituídas por D. João III, em 1534. Seu conceito continuou o mesmo de Portugal implantado por D. Fernando I em 1375, com algumas adaptações no Brasil como: as terras conquistadas, aquelas não ocupadas economicamente, mas doadas pelos capitães donatários e, mais tarde, pelos capitães governadores, para exploração de particulares, ou seja, o território disponível para colonização de terceiros, com anuência governamental (LIMA, 2002). No regime sesmarial em que predominava a simples ocupação e a posse sem título dominial, a precariedade da situação fundiária foi sentida intensamente em 18 de setembro de 1850 quando foi promulgada a Lei nº 601 que veio regulamentar a titulação das terras (LIMA LOPES, 2002). Com essa Lei, houve algumas exigências para requerer tributo pela propriedade comum da terra, como exemplo, o pagamento de impostos por parte dos colonizadores (HOLSTON, 1993; NEVES, 2001).

Com aprovação da Constituição de 1824, e na Lei de Terras de 1850, sua consolidação, foi importante na formação da estrutura agrária brasileira, pois acabou oficialmente com a doação de sesmarias ao estabelecer judicialmente que, a partir daquela data, as terras poderiam ser adquiridas através da compra. Além disso, foram estabelecidas obrigações aos antigos donos de sesmarias, que, caso não fossem cumpridas, a doação seria anulada e a terra seria devolvida ao governo, então teve origem a aplicação do termo Terras Devolutas (HOLSTON, 1993; NEVES, 2001).

As Terras Devolutas se originaram do abandono de donatários ou de seus herdeiros e das áreas baldias, nunca doadas nem apropriadas ilicitamente. Com a aplicação das Terras Devolutas, muitas áreas foram devolvidas ao governo, a partir desse histórico o INCRA classificou a região da Morraria como Salobra Devoluto VIII - Área "C". Com isso essa área foi delimitada, fundando assim várias comunidades rurais, sendo uma delas a comunidade Nossa Senhora da Guia. O termo "comunidade" citado nesta pesquisa é a partir da definição de Tönnies (1947) que caracteriza comunidade como sendo um grupo de pessoas ligadas pelos laços de sangue, relações primárias, consenso e rígido controle social. Esse conceito descrito por Tönnies (1947) difere-se de outros autores que definem a comunidade atualmente associada com redes sociais no contexto virtual, e outros (BAUMAN, 2003; COHEN, 1985; SCHLUCHTER, 2011; COSTA, 2005).

O processo de territorialização que vem ocorrendo ao longo dos anos na comunidade estudada e com a entrada de novos olhares surgem novos meios de trabalho, como: cooperativa extrativista de babaçu (implantada pelos agricultores migrantes) que reúne componentes de duas comunidades da região da Morraria a fim de fabricar alimentos (pão,

biscoito) que são distribuídos na unidade escolar do distrito de Vila Aparecida em Cáceres, divisões políticas internas, delimitação de novas áreas e uso de máquinas agrícolas em pequena escala. Os agricultores nativos, que se autodenominam como morroquianos, com a entrada de migrantes, não perderam suas raízes e, até hoje, obtêm o sustento a partir da prática da agricultura de subsistência, de produtos naturais que encontram disponíveis no ambiente em que vivem e uma parcela é complementada pelo acesso a benefícios como aposentadoria e bolsa escola. Da natureza também é retirada, de forma sustentável, a matéria-prima para confecção de artefatos usados para nos afazeres domésticos (vassoura, artefatos que auxiliam na limpeza de alimentos e roupas), também na roça tem-se o paiol (estrutura usada para armazenar materiais de limpeza e na conservação de alimentos) e no lazer como os brinquedos (carrinho de madeira e boneca de palha) para as crianças. Já os agricultores migrantes usam terras, para a prática da atividade pecuária em pequena escala e no extrativismo do babaçu por possuírem a reserva do fruto em sua propriedade.

Muitas transformações ocorreram ao longo dos anos na comunidade Nossa Senhora da Guia, como exemplo, o abandono de algumas práticas tradicionais importantes, devido à redução da extensão territorial das propriedades. Decorrente desta limitação e também de acordo com as Leis Ambientais os agricultores estão impossibilitados de praticar a agricultura itinerante, concomitantemente à introdução de algumas inovações tecnológicas na lavoura, como: a adoção de sementes híbridas e implementos agrícolas (MENDES, 2005). Segundo a literatura, a prática da agricultura itinerante (*shifting cultivation*) é mundialmente um sistema-chave para as populações rurais, pois pode ser considerada como uma prática de manejo sustentável, porém é pouca entendida em relação às influências e aos impactos complexos determinados pela mesma (FUJISAKA e ESCOBAR, 1997).

Aspectos Sociais

O presente estudo envolveu cinco propriedades, nas quais contou-se com um informante em cada uma. Os entrevistados são 100% do sexo masculino. A faixa etária dos envolvidos variou de 42 a 81 anos de idade. Os entrevistados são originários de dois estados brasileiros: quatro de Mato Grosso, mais especificamente, do município de Cáceres com maior representatividade e outro do interior do estado de São Paulo.

Sobre o nível de escolarização registrou-se um não escolarizado, três com ensino fundamental incompleto e um com o ensino médio completo. Também foi citada a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família como motivo para abandonar do estudo. Veja relato de um agricultor:

“Eu tive que abandonar o colégio para ajudar meu pai na roça, e só vortei para a cidade na época de alistar no quartel” (Agricultor, 81 anos).

Gohn (2005) afirma que, a Educação há muito tempo deixou de restringir-se apenas ao ensino e à aprendizagem no interior de instituições escolares formais, para transpor os muros da escola em outros espaços como: casa, trabalho, lazer, associativismo, comunidade, religião e muitos outros, ou seja, a Educação está diretamente ligada à cultura, à tradição e a todas as formas de aprendizagem, a qual passaremos a denominar de Educação Não-escolarizada ou Não-formal. De acordo com Gohn (2006, p.28-29), a “Educação Não-escolarizada ou Não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via aos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos”. Há diversos registros que revelam a potencialidade do uso deste conhecimento na conservação da biodiversidade e na valorização da cultura das populações que o mantêm.

Neste estudo, as evidências demonstram que parte dos informantes não possui educação formal, porém, são detentores de importante conhecimento sobre a composição e o uso da diversidade biológica local, bem como dos processos de transformações ambiental, social e política em que a região está envolvida. Isso tem relação com a idade dos moradores e com o tempo de residência no mesmo local. Em relação aos informantes aposentados, registraram-se quatro dos cinco entrevistados, porém, mesmo com a idade avançada de alguns agricultores, a principal fonte de renda é advinda de produtos derivados de espécies cultivadas na roça.

O tempo de moradia dos envolvidos nessa pesquisa variou entre 18 a 80 anos. Os domicílios abrigam famílias com diferentes números de moradores, com menor indicação para duas pessoas adultas (mãe e pai) com até três crianças (filhos). Dentre os 12 moradores das cinco propriedades estudadas, seis são crianças, pertencentes a três propriedades. Todas recebem benefício do governo como Bolsa Família, contribuindo na viabilização de materiais escolares utilizadas na educação formal delas.

No Brasil há diferentes trabalhos como de Ribeiro et al. (2007) que estudaram a renda familiar dos camponeses do Alto e Baixo Jequitinhonha/MG e de Martins e Nishijima (2010) que estudaram comunidade de quilombolas “Passo do Maia” no município de Formigueiro/RS, estes autores constataram que as famílias envolvidas nestas pesquisas têm acesso a benefício do governo, como a Bolsa Família. Portanto, trata-se de uma evidência de

que grande parte das populações permanece nas comunidades rurais e possuem condições financeiras limitadas.

Cultura Religiosa

A cultura local é marcada por festas religiosas e adoração das santas padroeiras. É uma comunidade extremamente religiosa, na qual predomina-se a crença católica. A religiosidade da população estudada é manifestada em eventos como a participação em cerimônias católicas, que são realizadas na igreja da própria comunidade (FIGURA 2). As missas são celebradas mensalmente com a visita de padres, e na ausência dos padres as rezadeiras e/ou rezadores são encarregados de “tirar reza”, conforme a expressão local. São realizadas, ao longo do ano, as homenagens às santas padroeiras (Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora Aparecida) às quais os devotos agradecem as bênçãos obtidas e cumprem as promessas oferecidas. Essas celebrações ocorrem no mês de agosto ou outubro.

As rezas e homenagens dos devotos envolvem a novena (nove dias de reza antes da festa religiosa). Na festa social de conclusão do ciclo de orações levanta-se o mastro, composto pelas imagens das santas homenageadas, juntamente com a animação dos cururueiros completam o ritual da tradição. As danças realizadas na festa social são o Cururu (dança inicial) e o São Gonçalo (dança final). O cururu é uma dança executada por dois ou mais cururueiros que cantam e dançam em dupla, em desafio a outra dupla, ou com mais parceiros. É uma música de poucas notas, repetitiva, acompanhada pelo ritmo marcado pelas violas de cocho e ganzás, trovos, carreiras e toadas sobre religião, comandos de rituais sagrados, assuntos do cotidiano e outros temas, em uma voz anasalada (LOUREIRO, 2006).



FIGURA 2. Igreja da comunidade Nossa Senhora da Guia.

Para a dança de São Gonçalo organizam-se duas fileiras, uma de homens e outra de mulheres, voltadas para o altar. Cada fileira é encabeçada por dois violeiros, o mestre e o contramestre, que dirigem todo o rito. A dança é dividida em partes chamadas “voltas”, cujo número varia de pessoas. Entre cada “volta” há interrupção e todos aproveitam para se servir das bebidas oferecidas pelo coordenador da festa. As “voltas” são desenvolvidas com os violeiros cantando, a duas vozes, louvam a São Gonçalo, utilizando a viola de cocho, mocho e o ganzá, enquanto dançarinos, sapateando e batendo palmas com as mãos na fileira em um ritmo sincronizado, dirigem-se em dupla até o altar, beijam o santo, fazem genuflexão e saem sem dar as costas para o altar, ocupando os últimos lugares de suas fileiras (SANTOS, 2009; LOUREIRO, 2006).

Toda a preparação da festividade é realizada com um ano de antecedência com a escolha dos seguintes cargos e suas respectivas funções: a rainha (responsável pela decoração do local da realização da festa social e dos mastros); o coordenador (responsável por organizar o evento); o festeiro (responsável para doar alimentos e bebidas) e a irmandade (tem a responsabilidade de buscar donativos para a realização da festa social). Para a socialização das pessoas presentes das diferentes comunidades que vão prestigiar o festejo, é servido um almoço e jantar (arroz, churrasco, vinagrete e mandioca) seguido da sobremesa, doces típicos da região como o “furrundú” (rapadura com mamão ralado) e doce de leite. Também é oferecido um saboroso café da manhã com biscoitos de polvilho e bolo de fubá acompanhado com chá de capim cidreira. As bebidas oferecidas são preparadas na própria comunidade da Nossa Senhora da Guia, sendo o aluá (preparado com milho torrado) e licores de distintos sabores como: coco e amendoim. Todo esse conhecimento é passado de geração para geração. Segundo o agricultor de 61 anos de idade, seu pai que organizava a festividade (ciclo de orações e festa social), mas com a idade avançada, atualmente o agricultor juntamente com seus primos que residem na própria comunidade estudada, são os responsáveis pela realização desse ciclo. Essa aprendizagem está sendo passada para seu filho com pouco menos de 10 anos de idade e para seus sobrinhos.

Algumas comunidades rurais do estado de Mato Grosso como a Conceição-Açú, em Cuiabá/MT e a Maravilha localizada em Poconé/MT, a religiosidade da população estudada, é caracterizada pelas cerimônias religiosas que envolvem diferentes fases como: almoços comunitários, missas, procissões, novenas e o fechamento com o baile que encerra o ciclo. É nesse período que os devotos agradecem os santos homenageados (Santo Antonio, São Carmo, São Benedito, São Sebastião, Santa Luzia e Nossa Senhora da Aparecida) pelas bênçãos concedidas e cumprem as promessas feitas. Cada comunidade tem sua própria

característica de adoração e homenagens aos padroeiros, pois possuem sua própria história e razão de existência (PASA, 2004; SILVA e MACEDO, 2007).

Infraestrutura e Arquitetura das Moradias

Na comunidade estudada, dentre as tecnologias introduzidas o rádio está presente em 100% das moradias, assim como o fogão de lenha faz parte do cotidiano dessas populações humanas (FIGURA 3), corroborando o trabalho de Carniello (2007), nas comunidades Porto Limão, Porto Alambrado e Campo Alegre, no município de Cáceres/MT, verificou-se que os moradores destas localidades fazem uso de objetos rústicos no seu dia-a-dia. Também na comunidade Nossa Senhora da Guia, há emprego do fogão a gás, utilizado para usos rápidos (aquecer alimentos) e forno de barro mais utilizado em períodos festivos.

Com a energia elétrica na comunidade, vários agricultores não deixaram de fazer uso de utensílios rústicos como: moringa, filtros, pote de barro que são próprios para o armazenamento de água, deixando-a em temperatura ambiente. Até meados dos anos 90, os agricultores morroquianos confeccionavam utensílios como panelas, pratos, bacias, moringas e potes para uso doméstico. Retirava-se a matéria prima, o barro, do córrego que localiza-se dentro das suas propriedades para a construção dos utensílios desejados. Esse método de confecção dos artefatos, atualmente não é usado pelos agricultores devido à idade e o esforço físico para a realização dessa tarefa. Segundo os agricultores esse conhecimento foi transmitido por meio de práticas e oralidade por sua geração passada (pais e avós que residiam na própria região) que ensinaram os detalhes para ter um material de boa qualidade.

Segundo Maynard e Trufem (2009), que pesquisaram a comunidade de ribeirinhos do município de São Francisco/MG e Pereira (2010) que estudou a comunidade de pantaneiros de Bonsucesso, Várzea Grande/MT, onde localizam-se outras comunidades como: Passagem da Conceição, Guarita, São Gonçalo, Engordador, Pai André, Souza Lima e Praia Grande, ambos os autores constataram-se que as comunidades envolvidas nos estudos fazem uso de peças artesanais para conservação de produtos alimentícios e decorativos, tendo como matéria prima a argila/barro que são retirados de rios próximos das comunidades estudadas.



FIGURA 3. Utensílios utilizados na comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT.

Com a instalação da energia elétrica possibilitou-se que aparelhos como televisão, refrigeradores, telefone celular, computador dentre outros eletrodomésticos, fizessem parte da vida dos agricultores. A eletricidade para os envolvidos nesta pesquisa é considerada como uma melhoria que elevou a qualidade de vida da população, principalmente nos hábitos familiares de lazer e de trabalho. Segundo Barrozo et al., (2010), que pesquisaram o assentamento rural de Santa Bárbara II, no município de Jaguaretama/CE e constataram que 23,5% dos entrevistados possuíam energia elétrica em suas residências e 75,3% dos assentados usavam lampião a querosene, ou seja, a implantação da energia elétrica nesta localidade foi uma importante conquista para os assentados, pois contribuiu na qualidade de vida dos moradores.

Atualmente, a qualidade de vida, eminentemente humana, pode estar relacionada ao modo, às condições e estilos de vida. Essas características têm sido aproximadas ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa e social. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural dos elementos que determinada à sociedade e seu padrão de conforto e bem estar (MINAYO et al., 2000).

O acesso à cidade e à unidade escolar na comunidade Nossa Senhora da Guia, ocorre por meio de estradas não pavimentadas, sendo bastante difícil transitar por elas no período chuvoso. O meio de transporte é via ônibus circular e municipal escolar diário, somente para os alunos. Há outros meios de transporte para se deslocar internamente, como: o cavalo, a charrete e a bicicleta, além destes alguns moradores preferem utilizar veículos automotores, resultados estes semelhantes ao estudo de Silva e Macedo (2007) que pesquisaram a comunidade rural Maravilha em Poconé/MT e constataram que os pantaneiros, como são denominados nessa região, têm como meio de deslocamento transportes semelhantes aos da comunidade Nossa Senhora da Guia.

Quanto às condições sanitárias das propriedades, 100% possuem água encanada. A água é transportada para os domicílios por meio de bombas elétricas vindo diretamente de poços simples, artesianos ou do córrego que situa-se no fundo das propriedades. A comunidade possui disponibilidade de água satisfatória, tendo em vista a existência de dois principais corpos d'água que as circundam, os córregos Piraputangas e Jaberão. Segundo Diegues (2005), para as populações humanas a água, incluindo rios e lagos, faz parte de um território e de um modo de vida, base de identidades específicas ao passo que nas sociedades modernas a água, como bem de consumo, é desterritorializada, canalizada de outros lugares, muitas vezes distantes, com os quais as populações urbanas têm pouco ou nenhum contato.

Das moradias investigadas, todas possuem esgotamento sanitário, que recebem os dejetos vindos diretamente dos banheiros. Já o esgoto doméstico é lançado *in natura* no quintal. A coleta do lixo doméstico é precária: segundo os agricultores o lixo é queimado sobre o solo ou depositado em lugares, como exemplo, poços que foram desativados. Na comunidade Nossa Senhora da Guia não há saneamento básico adequado visando preservar ou modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir e promover a saúde humana.

A tipologia das moradias é caracterizada pela sua arquitetura (FIGURA 4). Alguns agricultores morroquianos utilizam recursos disponíveis da natureza e fabricam as telhas e os tijolos que necessitam para as suas construções. Este sistema de produção foi herdado de sua geração passada e algumas das residências foram construídas mediante a compra dos materiais de construção. Atualmente, algumas moradias ainda conservam elementos de fabricação própria, pois com a visão arquitetônica, as casas construídas pela geração passada apresentam uma estrutura rústica, um estilo simples, porém confortável.

Os modelos de casas diferem-se em relação à sua forma, dimensão, beleza e trazem consigo reflexos da cultura morroquiana. Cada estrutura, cada cômodo apresenta as histórias vividas naquele lugar. As casas são do tipo: parede de madeira ou com mourões de angico, ambas revestidas com barro (resíduos de bovino com barro) e cobertas com telhas fabricadas na própria comunidade ou com folhas desidratadas de palmeiras como: babaçu (*Orbignya oleífera* Bur.) e/ou acuri (*Scheelea phalerata* (Mart. Bur.)). Também apresenta casa com parede de madeira e de alvenaria, coberta com telhas - os tijolos e a madeira são adquiridos na cidade. Outra característica observada refere-se às moradias que não possuem área ao seu redor ou na frente das casas, o que se tem são “ranchos” (denominação local) com uma estrutura rústica de madeira como: aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão),

cumbaru (*Dipteryx alata* Vogel) ou cagaita (*Eugenia dysenterica* DC.), coberta com folhas de palmeiras e lona, além dos assentos feitos de madeira.

A tipologia das moradias apresenta a combinação de objetos advindos da natureza, objetos fabricados por terceiros e pelos agricultores na própria comunidade, formando assim moradias singelas que caracterizam a comunidade e a cultura local.



FIGURA 4. Arquitetura das moradias da comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. **A:** Casa com parede de mourões de angico, revestida de barro e coberta com folhas desidratadas de babaçu e/ou acuri; **B:** Casa com parede de madeira, revestida com barro e coberta com telhas fabricadas na própria comunidade; **C:** Casa com parede de madeira e coberta com telhas e **D:** Casa de alvenaria, revestida de cimento associada com o rancho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Nossa Senhora da Guia é composta de agricultores nativos e migrantes que vivem na área geográfica há muito tempo, principalmente os naturais da localidade que habitam nesse espaço aproximadamente há duas gerações. São populações humanas que mantêm elementos de práticas classificadas como tradicionais, que consistem de costumes, práticas religiosas, conhecimentos sobre o ambiente onde estão estabelecidos e do componente vegetal. Por meio de novos olhares, os nativos foram se adaptando a novos meios de trabalho, principalmente com a implantação da cooperativa extrativista do babaçu, sendo

uma iniciativa dos migrantes para aquele local, a fim de reunir diferentes componentes pertencentes a duas comunidades da região da Morraria para confecção de alimentos que são distribuídos na unidade escolar.

Com a inclusão de pessoas novas na localidade, a partir da divisão das terras, surgiram novas experiências, que ao longo dos anos vêm incorporando elementos próprios da sociedade atual. Então estas são características que acabam ocasionando mudanças no modo de vida daqueles que afirmam que são nativos daquele local. Portanto, faz-se necessário registrar o conhecimento das populações humanas a partir do histórico de ocupação territorial, dos aspectos sociais, culturais, religiosos e de outras características antropológicas que contribuem para a valorização do saber deste povo.

AGRADECIMENTOS

A CAPES pela concessão da bolsa de Mestrado e ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da UNEMAT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. V. A. **El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidad em dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso – Brasil.** 2007. 915f. Tese (Doutorado em Agroecologia) – Universidade de Córdoba, Espanha, 2007.

ALEXÍADES, M. **Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual.** New York: The New York Botanical Garden, 1996. 306p.

BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology.** Newbury Park: Sagepublications, 1988, 519 p,

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003, 136p.

BARROZO, L. C. R.; LIMA, P. V. P. S.; SAEED KHAN, A.; BARQUETE, P. R. **Projeto de assentamento e qualidade de vida dos produtores rurais: o caso do Assentamento Santa Bárbara II no Ceará.** 48º SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010.

BRASIL. **Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação/Ministério do Meio Ambiente.** Brasília: Série Biodiversidade 17, 540p, 2007.

CARNIELLO, M. A. **Estudo etnobotânico nas comunidades de Porto Limão, Porto Alambrado e Campo Alegre, na fronteira Brasil – Bolívia, Pantanal, Mato Grosso,**

Brasil. Rio Claro: 2007. 214f. Tese (Doutorado em Biologia Vegetal) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2007.

COHEN, A. **Custom and politics in urban Africa.** London: Routledge & Kegan Paul, 1969, 252p.

COSTA, R. On a new concept of community: social networks, personal communities and collective intelligence, **Interface**, v. 2, 2005.

DIEGUES, A. C. **Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água.** Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP - NUPAUB, Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos-MMA, 2005.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000, 78p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. SILVA, V. C. B.; FIGOLS, F.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente, São Paulo/USP, 2001, 211p.

FUJISAKA, S.; ESCOBAR, G. Towards a practical classification of slash-and-burn agricultural systems. **Rural Development Network Paper**, v. 21, 1997.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 120p.

HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 21, 1993.

LIMA LOPES, J. R. **O Direito na história.** São Paulo: Ed. Max Limonad, 2002, 487p.

LIMA, R. C. **Pequena historia territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.** Goiás: Ed.UFG, 2002, 116p.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v. 332, p. 32, 2002.

LOUREIRO, R. **Cultura mato-grossense: Festas de Santos e outras tradições.** Editora Entrelinhas: EdUFMT, 2006, 239p.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M, E, D, A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986, 99p.

MATO GROSSO (Estado). **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Diagnóstico Técnico, Cáceres/MT, 2004. 320p.**

MARTINS, L. A. R.; NISHIJIMA, T. Preservação ambiental e qualidade de vida em comunidades quilombolas, **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 1, n.1, p. 59-69, 2010.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira, **Tempo Social**, v. 8, n. 1, 1996.

MAYNART, A. C. N.; TRUFEM, S. F. B. Ribeirinhos da cidade de São Francisco, MG: riqueza do artesanato local e percepção sobre as políticas públicas para sua preservação. **Pesquisa em Debate**, edição especial, ISSN 1808-978, 2009.

MENDES, D. F. L. **O Fim do uso comum da Terra e suas implicações na Identidade Territorial de Comunidades Tradicionais: o caso do Taquaral e Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT**. 2005. 91f. Monografia, Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Cáceres, 2005.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário, **Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.

MOREIRA, E. Conhecimento Tradicional e a Proteção. **T&C Amazônica**, v. 5, n. 11, p. 33-41, 2007.

NEVES, E. F. Semarias em Portugal e no Brasil. **Politeia: Hist. e Soc.**, v. 1, n. 1 p. 11-139, 2001.

NOZOE, N. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

OLIVEIRA, J. P. Uma Antropologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PASA, M. C. **Etnobiologia em uma comunidade ribeirinha no alto da bacia do Rio Aricá Açu, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil**. 2004. 189f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2004.

PEREIRA, M. S. F. **Dias. Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso**. 2010. 180f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

RADAMBRASIL. **Levantamentos dos recursos naturais**. Cuiabá-Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Secretária Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SD 21e 24, 1982. 448p.

REVEL, J. A. **Invenção da Sociedade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Difel, 1990, 288p.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E. B. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha, **RER**, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, 2007.

SACK, R. D. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, 272p.

SCHLUCHTER, W. Ferdinand Tönnies: comunidad y sociedade. Redalyc - La hemeroteca científica. **Signos Filosóficos**, v. 13, n. 26, p. 43-62, 2011.

SANTOS, G. **Cultura Popular e Tradição oral na festa de São Gonçalo Beira Rio**. V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação, 2009.

SILVA, A.; ASSINE, M. L.; SOUZA-FILHO, E. E.; CUNHA, S. B.; ZANI, H. **Compartimentação geomorfológica do rio Paraguai na borda norte do Pantanal, município de Cáceres, MT**. I Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Campo Grande/MTS, Brasil, 2006.

SILVA, I. H. G. P.; MACEDO, M. **Os Saberes Locais de uma Comunidade Tradicional no Pantanal de Poconé, Mato Grosso, Brasil: um Estudo de Caso**. I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galicia, Santiago de Compostela, 2007.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998, 392p.

VIANNA, Lucila Pinsard. **Considerações críticas sobre a construção da ideia da população tradicional no contexto das unidades de conservação**. 1996. 283f. Dissertação (Mestrado em Ciência Social). Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1996.

TÖNNIES, F. **Comunidad y sociedad**, Buenos Aires, Losada, Teoría de la Comunidad, p. 25-63, 1947.

ANEXOS

Anexo 1.

Formulário de pesquisa socioeconômico e cultural da comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres.

Entrevistadora: Luciene da Costa Rodrigues

Cáceres, MT ___/___/___.

Perfil Socioeconômico do Informante

- 1.1. Nome: _____
- 1.2. Naturalidade: _____
- 1.3. Data de Nascimento: _____ Sexo: F () M ()
- 1.4. Escolaridade: _____
- 1.5. Tempo de residência? _____
- 1.6. Itinerário de mudança: _____
- _____
- 1.7. Tipo da Moradia: _____
- 1.8. Atividade principal: _____
- 1.9. Tem outras atividades? () Não () Sim
- 1.10. Quais atividades: _____
- _____
- 1.11. Possui algum benefício do governo? () Não () Sim
- Qual (s): _____

2. Identificação da Propriedade

- 2.1. Nome da propriedade: _____
- _____
- 2.2. Localização: (roteiro de acesso, número do lote, estrada, pontos de referências)
- _____
- _____
- _____
- 2.3. Natureza da relação com a unidade rural: () Própria () Arrendamento () Parceria () Ocupante
Outro: _____
- 2.4. Há quanto tempo? _____
- 2.5. Quantas pessoas da sua família trabalham efetivamente na propriedade? Quais são?
- _____
- _____
- _____
- 2.6. Há disponibilidade de água na propriedade? () Boa () Regular () Deficiente () Não tem
- 2.7. Tipos de Paisagens dominantes na propriedade (Terra Firme, Várzea, Capoeira, Cerrado, Área Cultivada, Toco):
- _____
- _____
- _____

3. Infraestrutura Existente na Propriedade:

3.1 Elementos constituintes das condições sanitárias e tecnológica (poço simples, poço com bomba, telefone, internet e outros), descrever: _____

4. Manifestações Culturais

4.1 Descrever sobre a cultura religiosa (ritual das festas de santo, qual a finalidade da reza – observar na hora do terço):

**NATUREZA E O ESPAÇO DE CULTIVO NA COMUNIDADE NOSSA
SENHORA DA GUIA, CÁCERES/MT, BRASIL**

(Elaborado de acordo com a Revista Brasileira de Agroecologia)

RODRIGUES, Luciene da Costa¹; NEVES, Ronaldo José²

¹Pós-Graduação Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola/PPGAT – UNEMAT, Tangará da Serra/MT, Brasil, lucyrodrigues_bio@hotmail.com.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola/PPGAT – UNEMAT, Tangará da Serra/MT, Brasil, rjneves@terra.com.br.

A agricultura ecológica é um sistema viável que resgata práticas e conhecimentos seculares de populações rurais. Neste sentido, objetiva-se investigar as técnicas de manejo agrícola adotadas na comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. Realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco moradores, com as espécies vegetais encontradas nas propriedades investigadas, foram identificadas *in loco*, e feitas análises de Frequência Absoluta e Relativa Simples. Das 144 plantas registradas, 30 espécies são mais citadas destacando-se o uso na alimentação humana. 38 denominações exprimem o universo de plantas da roça, sendo a mandioca que obteve o maior número de citações. Os agricultores implantaram suas roças e pastagens integradas ao meio natural. O manejo de preparo do solo, controle de pragas, colheita e armazenamento são processos realizados de forma rústica. Utilizam produtos disponíveis no ambiente, adotam materiais e técnicas produzidos localmente gerando baixo impacto no ecossistema.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade rural, Manejo agrícola, Morraria.

ABSTRACT:

Organic farming is a viable system that rescues secular practices and knowledge of rural populations. In this sense, the present study aims to investigate the technical agricultural management adopted in the community Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. A qualitative study was conducted through semi-structured interviews with five residents, with the plant species found in the properties investigated, were identified in situ, and analyzes of the absolute and relative frequency simple. Of the 144 registered plants, 30 species are more cited highlighting the use in human food. 38 Designations reflect the universe of plants of the Spindle, being the cassava that had the largest number of citations. Farmers have deployed their plots and grazing integrated with the natural environment. The management of soil tillage, pest control, harvesting and storage processes are performed in a rustic. Use products available in the environment, adopt techniques and materials produced locally generating low impact on the ecosystem.

KEYWORDS: Rural community, agricultural Management, Morraria.

INTRODUÇÃO

Para compreender os sistemas agrícolas, nos dias atuais, é preciso levar em consideração sua sustentabilidade, pois a agricultura sustentável é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais (ALTIERI, 2004; ASSAD e ALMEIDA, 2004). A prática da agricultura sustentável significa a possibilidade de se obter continuamente condições iguais ou superiores de métodos técnicos (policultura, rotatividade no cultivo, SAF's – Sistema Agroflorestal) de manejo, que respeitam os limites da natureza, pouca ou nenhuma dependência de agroquímicos, tendo benefícios para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema (CAVALCANTI, 1994).

Em um ambiente em equilíbrio, todos os seres vivos convivem em proporções que asseguram a sobrevivência das espécies, membros da cadeia alimentar decorrente do processo de evolução. Em um sistema agrícola convencional, o ambiente natural é alterado, pois se cultiva uma única espécie vegetal em áreas extensas, semeada em solo revolvido, acrescentado corretivo e fertilizante químico inorgânico e solúvel e a parte microbiológica desse solo é afetada pela quantidade excessiva destes fertilizantes (ROEL, 2002).

O modelo agrícola que vem ganhando espaço atualmente é a agricultura ecológica que busca mobilizar harmoniosamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção, com base na reciclagem de nutrientes e maximização do uso de insumos orgânicos gerados *in loco*. Busca-se também reduzir o impacto ambiental e a poluição; evitar a mecanização pesada; utilizar, quando necessário, tratores leves, aração superficial ou plantio direto que aumentem a produtividade (ALTIERI, 1989; LEFF, 2002).

A discussão sobre a necessidade de se desenvolver e implementar tecnologias que possam contribuir para a melhoria do desenvolvimento do meio rural foi ampliada, uma vez que os problemas econômicos e ecológicos ficaram mais frequentes. Com isso deu-se ênfase aos manejos ecológicos, principalmente aos adotados pelas populações tradicionais, uma forma de utilizar a terra com tecnologia adequada, visando o princípio básico da conservação dos recursos naturais (CONSTANTIN, 2001).

O conhecimento de populações humanas sobre o ambiente em que vivem demonstra a importância da valorização da cultura e do saber local na conservação da

biodiversidade e dos genótipos adaptados aos diversos microecossistemas, conforme a discussão feita por diferentes autores como Diegues (2000); Altieri (1989) e Gómez-Pompa (1996). As “populações”, “povos” tradicionais criam e manejam a diversidade biológica nas paisagens agrícolas. Nestes sistemas de cultivo biológico só pode ser mantido ou favorecido na medida em que os sistemas culturais predominantes nestas áreas sejam mantidos e reforçados (ALMEIDA, 2001).

Gómez-Pompa (1996) diz que os seres humanos em sua busca por melhores sistemas de produção de alimentos foram capazes de localizar e selecionar certo número de espécies vegetais que eram fáceis de colheita e mais nutritivas. Estas espécies nos tempos antigos eram cultivadas, principalmente, em terra selvagem, na qual eram fornecedores de alimentos como remédios, fibras e outros. Os seres humanos desde os tempos antigos foram reconhecendo as suas fontes de subsistência por meio da conservação de ambientes naturais onde vivem.

Os saberes ecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada população, com isso faz-se necessário conhecer e registrar as práticas agroecológicas de manejo adotado por populações humanas. Nesse sentido o objetivo deste estudo é investigar as técnicas de manejo agrícola adotado pela comunidade Nossa Senhora da Guia, no município de Cáceres/MT, Brasil e suas relações com o ambiente local.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de Estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade Nossa Senhora da Guia, localizada na porção leste do município de Cáceres, às margens da BR-MT 343, situada entre duas Serras: Taquaral e Paraguai, em cinco das treze propriedades rurais pertencentes à comunidade, a saber: Barreiro Vermelho, São José, Chapadinha, Santo Expedito e São Benedito (**Figura 1**). Essa localidade pertencente a uma região da Província Serrana de Mato Grosso que atualmente é classificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Salobra Devoluto VIII - Área “C”. Esta Gleba pertence à região da Morraria que abrange uma área de aproximadamente 15.720 ha, onde a titulação predominante são as Cartas de Sesmarias, segundo o Diagnóstico Técnico do INCRA (1994). Atualmente essas terras estão delimitadas e documentadas pelo órgão competente.

A hidrografia local apresenta dois córregos principais: Piraputangas e Jaberão, além de vários ribeirões, minas e cachoeiras, sem denominações, o que torna viável a ocupação no que tange ao abastecimento de água (INCRA, 1994).

O aspecto geomorfológico apresenta forma de relevo tipicamente movimentado e fortemente acidentado, tem presença de escarpas com afloramento de rocha. Em relação à pedologia do local constitui-se da associação de podzólico vermelho e amarelo, argila de atividade baixa, abrupto, plúntico textura média, argila cascalhenta mais latossolo vermelho, amarelo plúntico, ambos distróficos (RADAMBRASIL, 1982).

Pertence ao Bioma Cerrado com uma fisionomia de Formações Florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria e Cerradão) que englobam os tipos de vegetação com predomínio de espécies arbóreas e formação de dossel (MMA, 2007). O clima caracteriza-se pela presença de invernos secos e verões chuvosos, classificado como Aw de Köppen (tropical chuvoso), com temperatura média anual de 25° C (SILVA et al., 2006).

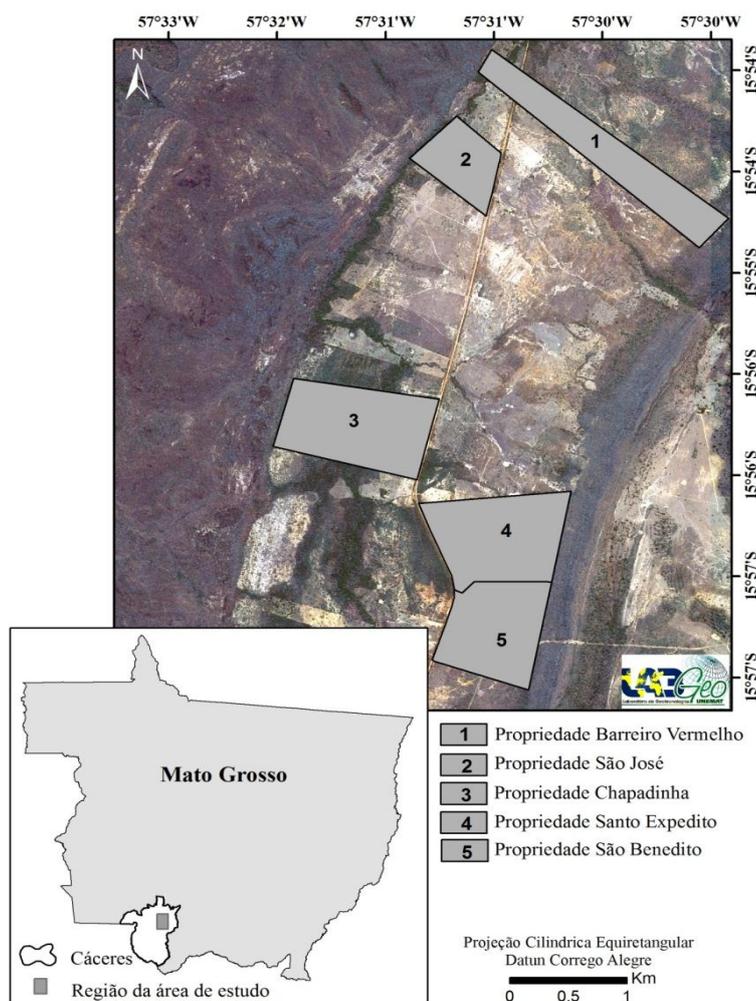


Figura 1. Localização da região de estudo - Comunidade Nossa Senhora da Guia - Cáceres/MT, apresentando as cinco propriedades rurais estudadas.

Procedimentos Metodológicos

Durante a pesquisa foram estabelecidas três fases de contato com a comunidade, as quais envolveram um período de 18 meses, de Maio/2011 a Novembro/2012, compreendendo as seguintes fases: 1ª fase - delimitação da área de estudo, mapeamento e estabelecimento dos pontos de coleta representados pela residência, mata ciliar, corpos d'água, espaços de produção e distribuição das espécies vegetais nas unidades de paisagem; 2ª fase - visitas periódicas para delimitação dos informantes totalizando cinco dos treze que compõem a comunidade. Com o público definido iniciou-se o processo de apresentação do projeto de pesquisa e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após haver clareza da pesquisa e do termo, a documentação foi assinada pelo responsável da propriedade e encaminhada para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT para as providências legais. Com a aprovação do estudo, por meio do Parecer nº 102/2012, iniciou-se o processo de coleta de dados.

Na 3ª fase - realizou-se uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas, segundo dispõem Lüdke e André (1986). Estabeleceu-se um longo período de contato com a comunidade Nossa Senhora da Guia, baseado em Bernard (1998) para a coleta de dados. Realizou-se entrevistas com auxílio de um formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas (**Anexo 1**) proposto por Alexíades (1996), caracterizando a área de cultivo, plantas cultivadas e a forma de manejo. Os informantes tiveram liberdade para responder as questões do formulário e acrescentar outras que achassem importantes. As entrevistas foram realizadas com os responsáveis dos domicílios, compreendendo assim os homens.

Fazendo adaptações do estudo de Brondízio e Neves (1996), que aplicaram um método denominado “método das trilhas fixadas”. Realizou-se uma caminhada com os informantes de cada propriedade investigada, com o objetivo do agricultor explicar voluntariamente informações sobre o ambiente, as espécies vegetais e animais úteis. O próprio informante quem definiu a trilha para a caminhada de acordo com sua finalidade com o local.

As espécies vegetais foram identificadas *in loco*, pela especialista a Professora Dr.^a Maria Antonia Carniello. As plantas foram registradas por meio de fotografias e todos os materiais de estudo estão documentados no Laboratório de Geotecnologias/UNEMAT. O sistema utilizado para a identificação das espécies foram o APG III. Também foram realizadas análises de frequência absoluta (Fa.) e frequência relativa (Fr.) de propriedades com a presença das espécies vegetais mais citadas pelos

informantes, onde: Fa =número de ocorrência da espécie nas propriedades (q_{ti}) e $Fr = [n(q_{ti})/\Sigma q_t] \times 100$; sendo 5, o número total de propriedades amostradas (q_t).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aspectos Sociais

O presente estudo envolveu cinco propriedades, nas quais contou-se com um informante em cada uma. Os entrevistados são 100% do sexo masculino. A faixa etária dos envolvidos variou de 42 a 81 anos de idade. Os entrevistados são originários de dois estados brasileiros: quatro de Mato Grosso, mais especificamente, do município de Cáceres com maior representatividade e outro do interior do estado de São Paulo.

Sobre o nível de escolarização registrou-se um não escolarizado, três com ensino fundamental incompleto e um com o ensino médio completo. Também foi citada a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família como motivo para abandono do estudo. Segundo Gohn (2005) a Educação há muito tempo deixou de restringir-se apenas ao ensino e à aprendizagem no interior de instituições escolares formais, para transpor os muros da escola em outros espaços como: casa, trabalho, lazer, associativismo, comunidade, religião e muitos outros, ou seja, a Educação está diretamente ligada à cultura, à tradição e a todas as formas de aprendizagem, a qual passaremos a denominar de Educação Não-escolarizada ou Não-formal.

Gohn (2006, p.28-29) afirma que a “Educação Não-escolarizada ou Não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via aos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos”. Há diversos registros que revelam a potencialidade do uso deste conhecimento na conservação da biodiversidade e na valorização da cultura das populações que o mantêm.

Neste estudo, as evidências demonstram que parte dos informantes não possui educação formal, porém, são detentores de importante conhecimento sobre a composição e o uso da diversidade biológica local, bem como dos processos de transformações ambiental, social e política em que a região está envolvida. Isso tem relação com a idade dos moradores e com o tempo de residência no mesmo local. Em relação aos informantes aposentados, registraram-se quatro dos cinco entrevistados, porém, mesmo com a idade avançada de alguns agricultores, a principal fonte de renda é advinda de produtos derivados de espécies cultivadas na roça.

O tempo de moradia dos envolvidos nessa pesquisa variou entre 18 a 80 anos. Os domicílios abrigam famílias com diferentes números de moradores, com menor

indicação para duas pessoas adultas (mãe e pai) com até três crianças (filhos). Dentre os 12 moradores das cinco propriedades estudadas, seis são crianças, pertencentes a três propriedades. Todas recebem benefício do governo como bolsa família, contribuindo na viabilização de materiais escolares utilizadas na educação formal delas.

Unidades de Paisagem ligada a Produção – Roça, Pastagem e Quintal

O cerrado é constituído por várias fitofisionomias que compõem um conjunto de habitats. As fitofisionomias formam as unidades de paisagem (roça, pastagem e quintal), estas apresentam complexa delimitação, que ocupam um determinado espaço e certo período de tempo, cuja existência é condicionada pelo funcionamento de seus elementos (MONTEIRO, 2000). A roça, por exemplo, é uma unidade de paisagem onde parcelas são cultivadas anualmente, em regime de monocultura, rotação ou consórcio. Vários são os arranjos paisagísticos encontrados, onde a produção de diversas espécies pode ser verificada, manifestando uma rica diversidade biológica (NODA et al., 2007a).

As roças das propriedades investigadas da comunidade Nossa Senhora da Guia estão associadas com o ambiente natural, onde as espécies estão estabelecidas na paisagem cobrindo a área cultivada na maioria das propriedades. O componente vegetal presente nas áreas produtivas apresenta diferentes estratos, é constituído por plantas pertencentes a seis hábitos, sendo: arbóreas, arbustivas, herbáceas, trepadeiras, epífitas e palmeiras.

Nos sistemas agrícolas a biodiversidade cumpre funções que vão além da produção de alimentos, fibras, combustíveis, renda entre outros papéis. Tem influência na reciclagem de nutrientes, controle do microclima, regulação de processos hidrológicos locais e regulação de organismos indesejáveis (ALTIERI e NICHOLLS, 2000). Outra unidade integrada ao ambiente natural na comunidade estudada é a pastagem. Embora haja uma tendência de redução dessas áreas de pastagens no cerrado, em virtude da implantação de pastos cultivados, nas propriedades estudadas os agricultores continuaram com o pasto nativo, pois é um manejo que apresenta baixo custo financeiro e preserva o bioma. Os quintais também apresentam uma paisagem produtiva, pois são fornecedores de produção contínua de alimentos por um longo período de tempo para os agricultores, por apresentar plantas com diferentes ciclos. Os quintais apresentam espécies vegetais de diferentes portes (arbóreas, arbustivas)

associadas com culturas anuais e perenes, bem como animais domésticos, bovino e suíno, formando assim, uma unidade de cultivo ao redor das moradias.

O espaço produtivo das propriedades investigadas é composto por uma riqueza florística, que corresponde a 169 plantas indicadas localmente com denominações distintas que equivalem a etnovariedades. O acervo botânico correspondente a estas etnovariedades reúne 144 *taxa* pertencentes a 48 famílias. Estão identificadas respectivamente nos seguintes níveis: 141 espécies e 3 até o nível de gênero (**Anexo 2**). A família Fabaceae obteve maior representatividade com 24 espécies citadas.

As plantas com maior frequência nas propriedades estudadas estão apresentadas na **Tabela 1**. São 30 espécies indicadas sendo a *M. esculenta*, com maior número de etnovariedades, com um total de 20 encontradas na roça e no quintal. A categoria alimentação humana obteve 17 citações correspondendo a 56,67%, sendo a categoria de uso mais indicada pelos informantes, resultados estes diferem ao de Guarim Neto e Maciel (2008), que estudaram o município de Juruena/MT, envolvendo a população das áreas urbana e rural, onde a categoria de uso alimentação humana, obteve 89 indicações do total de 303 espécies citadas, ficando em segundo lugar.

As plantas com potencial medicinal obtiveram 10 citações, cerca de 34,48%, estas espécies estão presentes em diferentes fragmentos do cerrado. Este resultado mostra a íntima ligação dos agricultores com o ambiente que vivem, pois das espécies medicinais mencionadas, duas espécies são cultivadas e outras naturais do ambiente. A utilização de plantas medicinais do Cerrado no estado de Mato Grosso é relevante como mostra os estudos de Guarim Neto e Morais (2003) e em outros lugares do Brasil, como apresenta os trabalhos de Souza e Felfili (2006); Hoeffel et al., (2006) e Alencar (2012), que se referem ao uso de plantas com potencial terapêutico.

Outras indicações foram para o uso madeireiro com 26,67% que corresponde a 8 citações, a madeira é retirada da natureza sem agredi-la, pois os agricultores retiram-se o necessário para seu uso. Observou-se nesta pesquisa que estão sendo respeitados os limites do ambiente no que se refere presença das espécies desejadas, pois todos demonstram a preocupação em manter “plantas mês”, aquelas que produzem as sementes que se espalham no solo e geram novas plantas. Para a alimentação animal obteve-se 23,34% com 7 indicações, nesta categoria a etnovariedade mais indicada é da espécie *M. esculenta*. Esses dados devem-se ao fato dos agricultores envolvidos neste trabalho terem criação de animais como aves e porcos para comercialização e consumo próprio.

A categoria cultivo para comércio obteve cerca de 10%, com 3 citações; As espécies indicadas foram: *S. officinarum* (cana ou cana lista branca), *Z. mays* (milho) e a *M. esculenta*, desta última planta as etnodenominações mais comercializadas: mandioca rasga saco, mandioca cacau gaiadeira, mandioca cacau pan e mandioca cacau vermelha – casca roxa. Estas espécies são comercialização de forma *in natura* e derivados.

A indicação do uso plantas com potencial extrativista ficou com 3,34%, ou seja, 1 citação, a espécie mencionada é o babaçu (*O. oleífera*). A reserva dessa palmeira está presente em duas propriedades estudadas: 4 e 5 (**Figura 3**), nas quais são extraídos os frutos maduros e mantidos os que não estão no ponto de coletar. Segundo os agricultores envolvidos nessa atividade de extração dos frutos, é realizada de forma manual, pois não possuem equipamentos sofisticados para a retirada dos mesmos. Os derivados confeccionados a partir do fruto do babaçu são o pão, o biscoito e farinha, estes produtos são comercializados para a unidade escolar do Distrito de Vila Aparecida, Cáceres/MT por meio da cooperativa implantada na comunidade Nossa Senhora da Guia. No Brasil há várias comunidades de populações humanas que praticam a atividade extrativista, um exemplo são os ribeirinhos do Rio Solimões, Amazonas/AM, estudados por Noda et al., (2007a), que utilizam produtos disponíveis na natureza para a extração de alimento, condimentos, remédios, aromáticos, gomas e fibras.

Tabela 1. Relação das espécies vegetais mais citadas pelos agricultores, presentes nas propriedades. Legenda: **Fa** - Frequência absoluta; **Fr** - Frequência relativa; **P. I.** - **Potencialidade Indicada**: 1: Consumo Humano; 2: Uso Madeireiro; 3: Alimento Animal; 4: Potencial Extrativista (Cooperativa); 5: Construção rústica; 6: Medicinal; 7: Cultivado para comércio. **Ocorrência**: aa: Ambiente antropizado; ss: Cerrado *stricto sensu*; cd: Cerradão; ca: Cerrado sobre afloramento rochoso; mg: Mata de galeria; mc: Mata ciliar; ql: Quintal; rç: Roça; va: Vários ambientes.

Espécie	Denominação Local	Fa.	Fr (%)	P.I.	Ocorrência
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Caju	5	100	1; 6	ql
<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench.	Quiabo	5	100	1	rç
<i>Acrocomia aculeata</i> (Jac.) Lodd. ex Mart.	Bocaiuva	4	20	1	ql, rç
<i>Anemopaegma arvense</i> (Vell.) Stellfeld ex de Souza	Catuaba	4	20	6	aa, ss
<i>Annona dioica</i> A.St.-Hil.	Ata do Mato	4	20	3	cd, ss
<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth	Sucupira do campo	4	16	2; 6	cd
<i>Brosimum gaudichaudii</i> Trécul	Algodão doce do cerrado	5	100	1	ca, ss
<i>Byrsonima cydoniifolia</i> A.Juss.	Canjiquinha	5	100	1	mc, ss
<i>Capsicum cf. frutescens</i> L.	Pimenta vermelha	4	20	1	ql, rç
<i>Carica papaya</i> L.	Mamão	5	100	1	ql, rç
<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess.	Pequi	5	100	1	cd

Tabela 1 – Continuação.

<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	Embaúba	5	100	6	aa
<i>Cocos nucifera</i> L.	Coco da baía	4	20	1	ql
<i>Cucurbita</i> spp.	Abóbra	5	100	1; 6	ql; rç
<i>Curatella americana</i> L.	Lixeira	5	100	2; 5	cd, ss
<i>Dimorphandra mollis</i> Benth.	Maria pobre, Barbatimão	4	20	6	cd
<i>Dipteryx alata</i> Vogel	Baru, Cumbaru	5	100	1; 2	cd
<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Mandioca 6 meses	3	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca 3 meses branquinha	2	20	1; 3	ql, rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca branquinha	2	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca rajadinha	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca rasga saco	1	20	1; 3; 7	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca aipim	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca branquinha	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca branca (caule grosso)	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca cacau gaiadeira	1	20	1; 3; 7	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca cacau pan	1	20	1; 3; 7	ql, rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca cacau vermelha (casca roxa)	2	20	1; 3; 7	ql, rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca orelha de onça	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca entremeada ou matrichã	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca juruti	2	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca menina branca	2	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca pão	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca capivara	2	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca paraguinha	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca vermelha 3 galho	1	20	1; 3	rç
<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca sertaneja	1	20	1; 3	ql, rç
<i>Handroanthus vellosi</i> (Toledo) Mattos	Ipê	5	100	2; 5	cd
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Jatobá da mata	4	20	1; 2; 6	cd
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	Aroeira	5	100	2; 5; 6	cd
<i>Orbignya oleifera</i> Bur.	Babaçu	5	100	1; 3; 4	cd
<i>Oryza sativa</i> L.	Arroz	4	20	1; 3	rç
<i>Saccharum officinarum</i> L.	Cana ou Cana lista branca	5	100	1; 3; 7	ql, rç
<i>Scheelea phalerata</i> (Mart.) Bur.	Acuri	4	20	3; 5	ql
<i>Strychnos pseudoquina</i> A. St.-Hil.	Quina do cerrado, Quina	5	100	6	cd, ss
<i>Stryphnodendron rotundifolium</i> Mart.	Barbatimão verdadeiro	5	100	6	cd
<i>Vochysia divergens</i> Pohl	Cambará	4	20	2	cd
<i>Vochysia haenkeana</i> Mart.	Cambará amarelo	4	20	2	cd
<i>Zea mays</i> L.	Milho	5	100	1; 3; 7	rç

Para as plantas cultivadas na roça, foram mencionadas 38 denominações, que correspondem a 13 espécies pertencentes a 8 famílias. A família Euphorbiaceae apresentou um número maior de etnovarietades, com 20 para Mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), em seguida a família Musaceae com 6 para Banana (*Musa paradisiaca* L.), 2 para Feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e 10 para demais espécies como: Cará (*Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott.), Batata doce (*Ipomoea batatas* L.), Maxixe (*Cucumis anguria* L.), Abóbora (*Cucurbita* spp.), Feijão andú (*Cajanus cajan* L.), Feijão de porco (*Canavalia* sp.), Quiabo (*Abelmoschus esculentus* (L.) Moench.), Milho (*Zea mays* L.), Arroz (*Oryza sativa* L.) e Cana (*Saccharum officinarum* L.) (**Figura 2**).

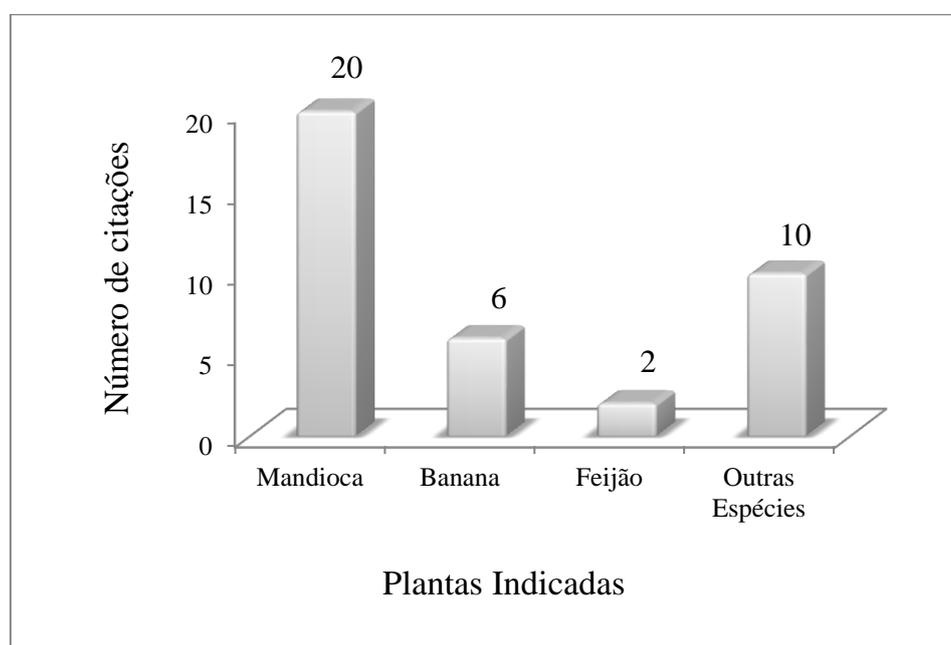


Figura 2. Representação do número de citações das plantas da roça.

Esses dados não diferem de trabalhos com populações humanas, na qual o manejo da mandioca é uma importante fonte alimentar e econômica para a população. Amorozo (1996) estudou pequenos agricultores rurais do município de Santo Antonio de Leverger/MT e verificou que a cultura da mandioca é um meio de obtenção de renda para aquela região. A mandioca tem várias finalidades como a fabricação de farinha, polvilho, biscoitos, alimentação humana (SILVA et al., 2012; GIRALDI, 2012; LOIOLA et al., 2010; AMARAL e GUARIM NETO, 2008), comercialização *in natura* (BALCAZAR, 2012; OUTSUBO et al., 2002), alimentação animal (MENEZES et al., 2004; BOSCOLO et al., 2002, MARQUES, 2007) e uso medicinal (CHRISTO, et al., 2006; SILVA e ANDRADE, 2005).

Outra cultura usada na comunidade Nossa Senhora da Guia com finalidade alimentar e como forma de barreira para proteção de enxurradas nas hortas caseiras é a banana. Estudos de Florentino et al., (2007), em quintais agroflorestais no município de Caruaru/PE, verificou que a população dessa área, faz uso dessa espécie na alimentação humana e uso medicinal, corroborando estudos de Brito e Valle-Senna (2011), na comunidade caiçara da Praia do Sono, no município de Paraty/RJ. Segundo esses autores, os caiçaras fazem uso medicinal da banana, principalmente das folhas, das quais é extraída substância medicinal usada na cura de certas enfermidades.

Os saberes dos agricultores são um rico corpo de conhecimentos sobre o ambiente onde vivem, através do qual realizam o manejo do ecossistema e constroem sistemas agrícolas de produção. A capacidade de conectar as diversas esferas de conhecimento e de perceber as relações entre os diversos componentes da agricultura ecológica, principalmente, em relação à fertilidade e manejo do solo. Em relação à fertilidade, algumas espécies vegetais são consideradas como nitrificantes, ou seja, possuem a capacidade de fixar nitrogênio no solo, por exemplo, o feijão. Segundo os agricultores da comunidade Nossa Senhora da Guia, o cultivo do feijão é para suprir a necessidade alimentar e quando desidratado forma adubo natural. Alguns estudos mostram que a composição química do feijão é usada como adubo orgânico, contribuindo com o solo com macro e micro nutrientes (DINIZ FILHO et al., 2007).

As outras espécies indicadas são usadas na alimentação humana, animal e algumas comercializa-se o excedente. Os métodos tradicionais de produção estão geralmente organizados para resistir a estresses ambientais, aproveitam o potencial da consorciação simbiótica de culturas, atendem às exigências alimentares das populações que por outro lado, lançam mão de métodos diferenciados em razão das características e disponibilidade de recursos no ambiente em que vivem. A diversificação de cultivos apresenta importantes relações com a estabilidade socioeconômica, biológica e produtiva do ambiente (FURLAN, 2006).

A organização espacial da roça é o resultado do presente, de um passado de quem as criou, refletindo nas ações futuras. Segundo Noda et al., (1997b) o arranjo espacial é produzido, reproduzido, recriado, configurando-se não apenas sociedade, localidade ou comunidade, mas também e, principalmente como possibilidade de ser lugar de construção e reconstrução da vida em situação rural. Nas propriedades estudadas, a unidade de produção, a roça e a pastagem estão integradas ao ambiente natural. A roça das propriedades 1, 2, 4 e 5 quanto à sua localização, encontra-se num

espaço distante das moradias, o responsável para “cuidar” é o homem, algumas vezes a mulher, os filhos e os sobrinhos colaboram na fase de plantio. Na propriedade 3, a roça está associada ao quintal num único espaço. Nesta última propriedade o homem e a mulher são os responsáveis de “cuidar” desse ambiente (**Figura 3**).

Em relação às pastagens, até meados dos anos 90 os agricultores plantavam braquiária (*Urochloa humidicula* (Rendle) Morrone & Zuloaga) e braquiarião (*Urochloa decumbens* (stapf) R. D. Wester) usados na alimentação bovina. Por motivos de venda da maior parte do gado, os agricultores deixaram de cultivar essas espécies e atualmente usam o ambiente natural como “pasto nativo”, corroborando estudos de Soares (2008), no Sul do Maranhão com produtores rurais. Nesta pesquisa constatou-se que a atividade pecuária predominante na região é a criação de bovino no sistema ultra extensivo, ou seja, com os animais dispersos em grandes áreas de cerrado.

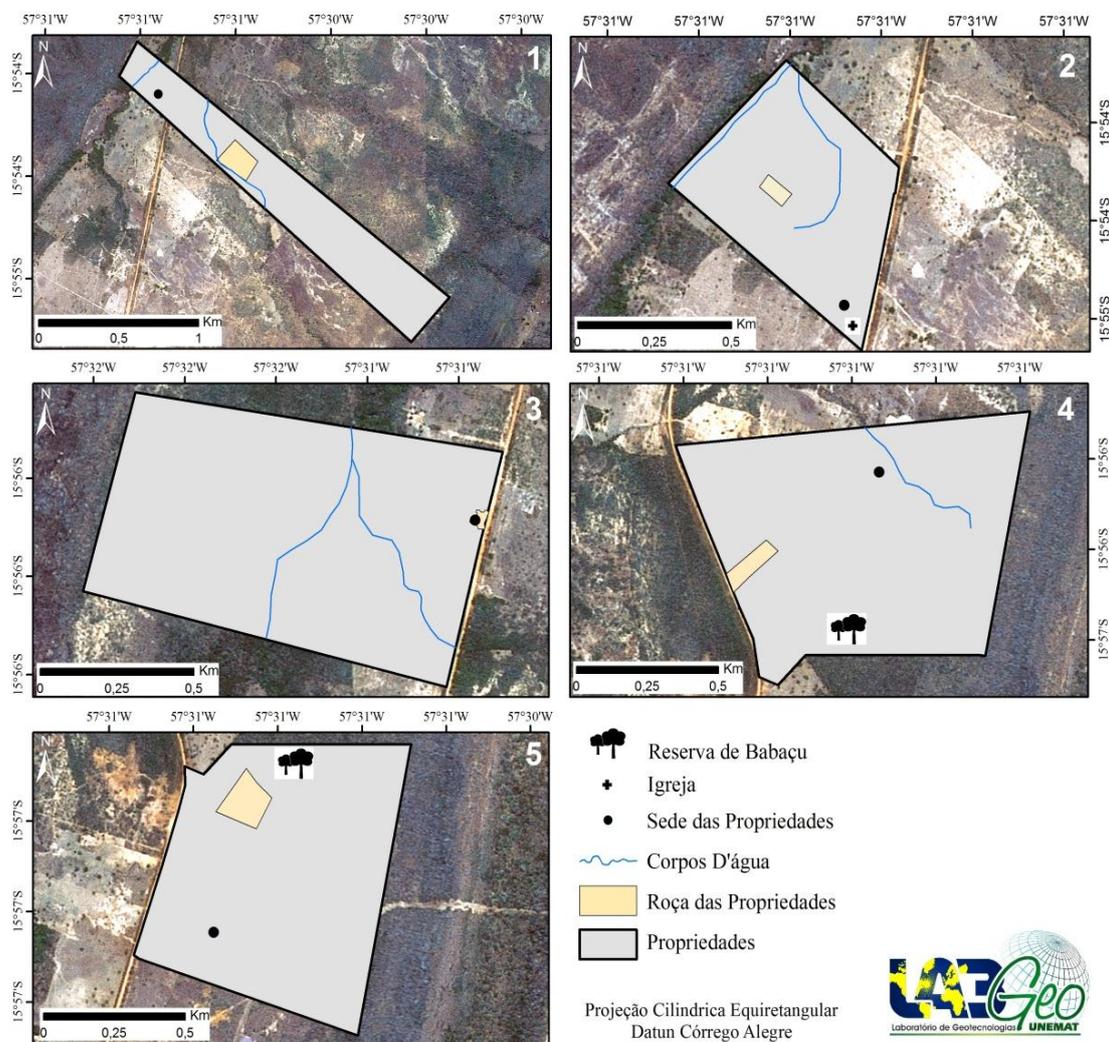


Figura 3. Propriedades estudadas: Propriedade 1: Barreiro Vermelho, Propriedade 2: São José, Propriedade 3: Chapadinha, Propriedade 4: Santo Expedito e Propriedade 5: São Benedito.

Nas propriedades estudadas observou-se que há uma forte ligação do quintal com a roça. Segundo os agricultores o quintal é o espaço onde são cultivadas espécies em menor quantidade, estas são utilizadas para suprir pequenas necessidades alimentares no dia-a-dia. Outro aspecto mencionado pelos agricultores é a conservação de determinadas espécies vegetais no quintal, como forma de manejo do vegetal para não haver perda daquela espécie que será cultivado posteriormente na roça.

Segundo Ambrósio et al., (1996) o quintal rural se refere à área localizada no perímetro da casa, onde acontecem as atividades não comerciais mais importantes da propriedade. Esse espaço é considerado como uma extensão da casa dos agricultores, que além de refletir os hábitos e costumes destes, contribuem de forma significativa para a autonomia produtiva da unidade rural. Para Garrote (2004), os quintais são considerados importantes sistemas de produção complementar às outras formas de uso da terra, como exemplo a roça, que compreende inclusive as funções correspondentes aos valores estéticos, de lazer e aos aspetos emocionais ligados às tradições de um determinado povo ou região.

De acordo com Angelo e Amorozo (2006), apud Carniello et al., (2010) os quintais constituem sistemas dinâmicos, onde espécies e variedades são frequentemente introduzidas e mantidas, sendo dessa maneira locais com grande potencial para conservação *in situ* de germoplasma de plantas domesticadas. Este espaço ao redor das moradias difere de uma propriedade para outra e está associado com a disponibilidade espacial, mão-de-obra familiar e capacidade de investimento.

Os quintais investigados da comunidade Nossa Senhora da Guia apresentam espécies vegetais que estão presentes nas roças que correspondem a 9 espécies com 42 citações, apresentadas na Figura 4.

As plantas que obtiveram entre 3 a 5 citações são usadas pelos agricultores nas categorias: alimentação humana, adubo orgânico e comercialização, assim como as espécies que apresentaram 1 ou 2 citações que correspondem às variedades de mandioca e banana, também estão incluídas nessa categoria de uso. As espécies que predominam nas duas áreas (roça e quintal), estão apresentadas pelas etnovariedades de mandioca e banana que são cultivadas em pequena escala garantindo a qualidade e a conservação dessas variedades.

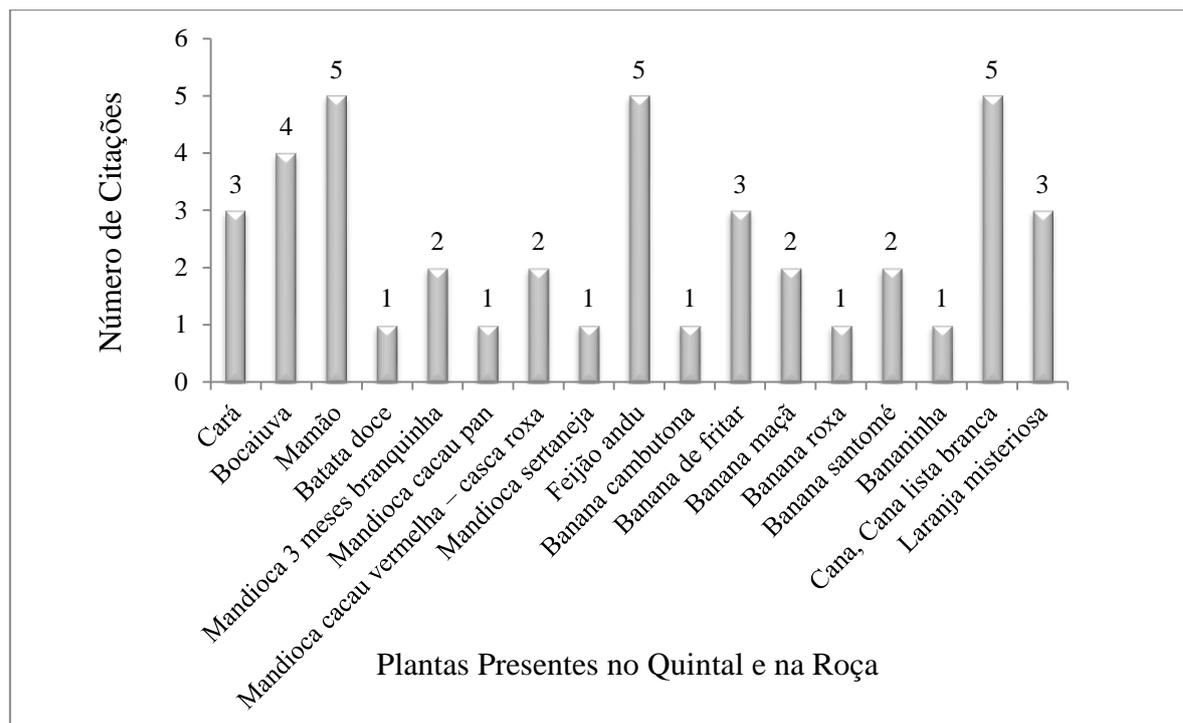


Figura 4. Plantas indicadas pelos agricultores pertencentes ao quintal e a roça.

O sistema de manejo adotado pelos agricultores da comunidade Nossa Senhora da Guia, busca mobilizar harmoniosamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção, com base na reciclagem de nutrientes e maximização do uso de insumos orgânicos gerados *in loco*. Busca-se também reduzir o impacto ambiental, a poluição e evita a mecanização pesada. Os agricultores utilizam o método “deixar descansar a terra”, na literatura denomina-se de pousio, ou seja, deixa a área de cultivo em “descanso” para a recuperação, após alguns anos de produção. A técnica de pousio se dá para formação de capoeiras e caracteriza-se pela ocorrência de heterogeneidade, estratificação e organização das comunidades florísticas para a manutenção da vida (NODA, et al., 2007a).

Na comunidade estudada constatou-se que os agricultores adotam sistemas que visam conservar a vida útil da terra. Em cada propriedade o agricultor define a sua maneira de manejar a área. Em relação à organização espacial para a implantação da roça na propriedade 1, o agricultor dividiu-se sua área em três partes. A primeira e a segunda parte foram utilizadas por seis anos, na qual estão em descanso entorno de 7 a 8 anos. A terceira parte, onde atualmente está implantada a roça está sendo utilizada por 2 anos. Nas propriedades 2, 3, 4 e 5 a área de cultivo está em descanso há um ano, ou seja, os agricultores cultivam na área por 1 ano e descansa o ano seguinte. Esse sistema é

baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, deixa-se a terra num período de pousio para restauração da fertilidade.

O preparo do solo da roça para o plantio depende das condições do proprietário. Nas propriedades 1, 2 e 3, a limpeza e o coveamento são realizados com auxílio de ferramentas rústicas como: enxada, machado e foice. Nas propriedades 3 e 4, há auxílio da mecanização para arar e gradear o solo. De uma forma geral, o emprego de maquinários tem sido com menor intensidade quando comparado a outras regiões estudadas. Segundo Noronha, Ribeiro e Augusto (2009), nas comunidades rurais dos municípios de Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte, Veredinha e Leme do Prado do Alto Jequitinhonha/MG o método de manejo do solo na unidade produtiva dessas comunidades é manual, com auxílio de ferramentas como foice, facão, enxada e machado, e quando as condições topográficas e monetárias permitem usam da mecanização por tração animal. Estudos de Coutinho e Dutra (2010), no município de Cajuti/MG, na propriedade rural, mostra que a limpeza das áreas de pastagem, da roça e entorno das nascentes é comum o uso de instrumentos manuais.

Nas propriedades estudadas, o plantio das culturas agrícolas segue as estações do ano que corresponde: meses chuvosos dezembro – março e os meses da seca, abril – novembro e pelo calendário lunar que corresponde: lua nova, minguante e crescente que correspondem aos meses de outubro, novembro e janeiro, onde são efetuados o plantio da mandioca, batata e cará. Na lua crescente sem restrição do mês, plantio de hortaliças, como exemplo, a cebolinha e salsinha e na lua minguante do mês de fevereiro são realizados o plantio de feijão e arroz. As fases lunares, segundo relatos dos informantes da comunidade Nossa Senhora da Guia, têm grande influência no desenvolvimento das plantas. Estudos realizados por Afonso (2006); Ávila (2004), com populações indígenas Tupi-Guarani do estado de São Paulo e krahô do estado de Tocantins, mostram que estas populações possuem conhecimento amplo sobre a cosmologia e associam as fases lunares nas atividades de caça, pesca, plantio da lavoura e colheita.

Em relação ao controle de insetos de plantas presentes nas roças e nos quintais (horta) e de animais (pulgão, carrapato), previnem-se de forma natural. Usam extratos de plantas com potencial biocida como: o fumo (*Nicotiana tabacum* L.) e o nim (*Azadirachta indica* A. Juss.), misturados em água, são pulverizados nas plantas e os animais são lavados. Estudo de Mertz (2009), com a planta cravo-de-defunto, indicou

seu potencial para uso no controle biológico conservativo da praga (pulgão), em cultivo de pepino sendo eficaz na eliminação de pulgões.

Em relação ao processo de fertilização do solo das roças e dos quintais nas propriedades estudadas, é por meio de plantas com raízes nitrificantes que são representadas pelas leguminosas, como o feijão andu e o feijão de porco que são plantados com o objetivo de adubar o solo com seus nutrientes. De um plantio para outro os agricultores usam o método de adubação verde, ou seja, a matéria orgânica das plantas é deixada no local de cultivo para auxiliar o solo com substâncias necessárias para sua fertilização. Outra forma de adubar o solo é realizada com dejetos de animais (gado e aves). Segundo Silva et al., (2005), o esterco do gado aumenta a capacidade de troca catiônica, a capacidade de retenção da água, a porosidade do solo e a agregação do substrato. A eficiência do esterco depende do grau de decomposição, da origem do material, os teores de elementos essenciais às plantas e da dosagem empregada.

Quanto à colheita e armazenamento dos produtos advindos da roça, são realizados de forma rústica, ou seja, os agricultores da comunidade Nossa Senhora da Guia, usam da própria mão-de-obra para a realização desses procedimentos. A colheita é realizada de forma manual, na qual os homens são os responsáveis, algumas vezes as mulheres auxiliam nesse processo que é realizado ao amanhecer e ao entardecer, protegendo do sol excessivo. Dados estes se assemelham com estudos feitos por Mota, Schmitz e Júnior (2008), no município de Barra dos Coqueiros/SE, nos povoados de Olhos D'Água, Capoã e Jatobá, nos quais a colheita do fruto da mangaba é realizada de forma manual com a participação de homens, mulheres e crianças.

O armazenamento dos produtos agrícolas na localidade estudada apontam para dois lugares: o “paiol” espaço usado para armazenar o milho e ferramentas que são utilizadas na limpeza das roças e a “tuia” ambiente usado para armazenar arroz e o feijão. Dados estes diferem de Araújo e Araújo (2011) que pesquisaram a comunidade do Amazonas, mas especificamente do município de Guarajá, constataram que o método de armazenamento da produção é em galpões abertos sem condições sanitárias.

A forma de manejo praticado pelos agricultores da comunidade Nossa Senhora da Guia, dada às características de diversificação e integração de plantas, animais no ambiente natural, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Pode ser um novo padrão de desenvolvimento definido pela auto sustentabilidade que potencializa a participação da agricultura familiar na oferta agrícola, embora não seja um segmento homogêneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores da comunidade Nossa Senhora da Guia, ao atuarem produtivamente, dão formação às unidades de paisagem como a roça, o quintal e a pastagem. Sendo a roça e a pastagem implantadas ao meio do ambiente natural. O quintal apresenta diversificação de espécies vegetais e animais que interagem harmoniosamente e possui uma característica importante, sendo um espaço de onde certas espécies vegetais são mantidas e cultivadas, para não haver perdas.

O processo de manejo adotado pelos agricultores na localidade estudada pode ser considerado um método sustentável, pois viabiliza cuidados com a biodiversidade local e utilizam meios naturais no controle biológico. Isso ocorre por meio de uma contínua adaptação e enriquecimento por meio da incorporação dos saberes locais da experiência vivida dos agricultores com o ambiente manejado.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão da bolsa de Mestrado e ao Programa de pós-graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da UNEMAT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, G. Mitos e Estações no Céu Tupi-Guarani. **Scientific American Brasil**, Ed. Especial: Etnoastronomia, 2006.

ALENCAR, N. L. **Farmacopéias Tradicionais: O papel das plantas medicinais na sua constituição, formação e manutenção em comunidades da Caatinga**. 2012. 129p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

ALMEIDA, D. G. **A construção de sistemas agroflorestais a partir do saber ecológico local**. Florianópolis, 2001. 25p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

ALEXÍADES, M. **Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual**. New York: The New York Botanical Garden, 1996. 306p.

ALTIERI, M.; NICOLLS, C. I. **Agroecologia: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. 1ª ed., Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, México, 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, 237p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANGELO, G. A.; AMOROZO, M. C. M. Diversidade de tubérculos alimentares em povoados rurais no Município de frutal, Minas Gerais, Brasil. In. CARNIELLO, M. A. et al. **Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem Etnobotânica**. Acta Amazonica. v. 40, n. 3, p. 451 – 470, 2010.

AMBRÓSIO, L. A.; PERES, F. C.; SALGADO, J. M. Diagnóstico da contribuição dos produtos do quintal na alimentação das famílias rurais: Microbacia D'água F., Vera Cruz. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 7, 1996.

AMARAL, C. N. et al. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. v. 3, n. 3, p. 329-341, 2008.

AMOROZO, M. C. M. **Um sistema de agricultura camponesa em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, Brasil**. São Paulo, 1996. 269p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, J. J. C. N. et al. As comunidades tradicionais e o programa Zona Franca Verde: cenários no sudoeste do Amazonas – Brasil. **Millenium**, n. 41, p. 47-67, 2011.

ASSAD, M. L. L. et al. Agricultura e sustentabilidade, contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, n. 29, p.15-30, 2004.

ÁVILA, T. A. M. **Não é do Jeito que eles quer, É do Jeito que nós quer: Os Krahô e a Biodiversidade**. Brasília, 2004. 130p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília.

BALCAZAR, A. L. **Hipótese da aparência na dinâmica do uso de plantas medicinais na floresta nacional do Araripe (Ceará, nordeste do Brasil)**. Recife, 2012. 83p. Dissertação (Mestre) - Universidade Federal Rural de Pernambuco.

BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park: Sage publications, 1988, 519p.

BOSCOLO, W. R. et al. Farinha de Varredura de Mandioca (*Manihot esculenta*) na Alimentação de Alevinos de Tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus* L.). **Rev. Bras. Zootec.**, v. 31, n. 2, p. 546-551, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Diagnóstico Técnico**, Disponível pelo INCRA núcleo Cáceres/MT, 2004.

BRASIL. **Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação** / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA, (Série Biodiversidade 17), 2007, 540p.

BRITO, M. R. et al. Plantas medicinais utilizadas na comunidade caiçara da Praia do Sono, Paraty, Rio de Janeiro, Brasil. **Acta bot. bras.**, v. 25, n. 2, p. 363-372, 2011.

BRONDÍZIO S. E.; NEVES, W. A. Populações caboclas do estuário Amazônia: a percepção do ambiente natural. In: ARAÚJO, M. C. **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, v. 1, 1996, 167-182p.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 1994, 262p.

CARNIELLO, M. A. et al. Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem Etnobotânica. **Acta Amazonica**. v. 40, n. 3, p. 451 – 470, 2010.

COUTINHO, E. A.; DUTRA, C. A. Sustentabilidade sócio-ambiental e manutenção dos laços familiares em propriedades rurais: estudo de caso realizado em uma propriedade. **Anais... 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais – Mundo Rural, Políticas Públicas e Atores em Reconhecimento Político**, Curitiba, 2012.

COSTANTIN, A. M. **Introdução aos sistemas agroflorestais**. Capturado em 14 de Jul. de 2011. Online. Disponível Na Internet http://paraiso.etfto.gov.br/docente/admin/upload/docs_upload/material_87f61a9be7.PDF.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação. Novos Rumos para a Conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000, 290p.

CHRISTO, A. G. et al. Uso de recursos vegetais em comunidades rurais Limítrofes à reserva biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro: estudo de caso na gleba Aldeia Velha. **Rodriguésia**. v. 57, n. 3, p. 519-542, 2006.

DINIZ FILHO, E. T. et al. A prática da compostagem no manejo sustentável de solos. **Revista Verde** (Mossoró – RN – Brasil) v. 2, n. 2, p 27-36, 2007.

FURLAN, S. A. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Geografia Agrária**, São Paulo, n. 3, 2006.

FLORENTINO, A. T. N. et al. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. **Acta bot. bras.**, v. 21, n. 1, p. 37-47, 2007.

GARROTE, V. **Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do saco do Mamaguá, Paraty-RJ**. 2001. 157p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIRALDI, M. **Recursos alimentares vegetais em duas comunidades Caiçaras no sudeste do Brasil: discutindo modos de vida e segurança alimentar**. Recife, 2012. 79p. Dissertação. (Mestrado) - Universidade Rural de Pernambuco.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 120p.

GÓMEZ-POMPA, A. Three levels of conservation by local people. In: DI CASTRI, F.; YOUNES T. **Biodiversity, science and development. Towards a new partnership**. CAB International. 1996, 347-356p.

GUARIM NETO, G.; MACIEL, M. R. A. **O saber local e os recursos vegetais em Juruena Mato Grosso**. Editora Entrelinhas: EdUFMT, 2008, 112p.

GERMANO GUARIM, G. e al. Recursos medicinais de espécies do cerrado de Mato Grosso: um estudo bibliográfico, **Acta bot. bras.**, v. 17, n. 4, p. 561-584, 2003.

HOEFFEL, J. L. M. et al. Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais nas Apas's Cantareira/SP e Fernão Dias/MG. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**. n. 1, 2011.

LEFF, H. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, v.3, n.1, jan./mar.2002.

LOIOLA, M. I. B. et al. Leguminosas e seu potencial de uso em comunidades rurais de São Miguel do Gostoso/RN. **Revista Caatinga**, v. 23, n. 3, p. 59-70, 2010.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U., 1986, 99p.

MARQUES, C. M. Feno da rama de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para suínos em crescimento e terminação. Teresina, 2007. 103p. Dissertação (Mestre) - Universidade Federal do Piauí.

MENEZES, M. P. C. et al. Substituição do milho pela casca de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) em rações completas para caprinos: consumo, digestibilidade de nutrientes e ganho de peso. **Rev. Bras. Zootec.**, v. 33, n. 3, p. 729-737, 2004.

MERTZ, N. R. Controle biológico do pulgão *Aphis gossypii* Glover (Hemiptera: Aphidae) em cultivo protegido de pepino com cravo-de-defunto (*Tagetes erecta*). Lavras, 2009. 67p. Dissertação (Mestre) - Universidade Federal de Lavras.

MOTA, D. M. et al. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no nordeste brasileiro. **RER**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 01, p. 121-143, 2008.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000, 127p.

NODA, S. N. et al. Paisagens e etnoconhecimentos na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. v. 7, n. 2, p. 397-416, 2012.

NODA, S. N.; MARTINS, A. L. U.; NODA, H.; CASTELO-BRANCO, F. M.; MENDONÇA, M. A. F.; MENDONÇA, S. P.; BENJÓ, E. A.; PALHETA, R. A.; SILVA, A. I. C.; VIDAL, J. O. Contexto socioeconômico da agricultura familiar nas várzeas da Amazônia. In. NODA, S. N. **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007a. Cap. 2, p. 22-65.

NODA, S. N.; PEREIRA, H. S.; CASTELO-BRANCO, F. M.; NODA, H. Trabalho nos sistemas de produção familiares na várzea do estado do Amazonas. In. NODA, H.; SOUZA, L. A. S.; FONSECA, O. J. M. **Dois décadas de contribuição do INPA às pesquisas Agronômicas no trópico úmido**. Manaus: MCT/INPA, 1997b. p. 241-280.

NORONHA, A. F. B. et al. Extensão rural, agroecologia e inovação na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.11, n. 2, p. 233-250, 2009.

OTSUBBO, A. A. et al. Caracterização da produção, comercialização e consumo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) de mesa em Dourados/MS. **Ensaio e Ciência**. v. 6, n. 2 p. 35-47, 2002.

RADAMBRASIL. **Levantamentos dos recursos naturais**. Cuiabá-Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Secretária Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SD 21e 24, 1982, 448p.

ROEL, A. R. Agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 4, p. 57-62, 2002.

SILVA, A.; ASSINE, M. L.; SOUZA-FILHO, E. E.; CUNHA, S. B.; ZANI, H. Compartimentação geomorfológica do rio Paraguai na borda norte do Pantanal, município de Cáceres, MT. **Anais...** 1º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Campo Grande, MS, Brasil, 2006.

SILVA, M. N. B. et al. Adubação do algodão colorido BRS 200 em sistema orgânico no Seridó Paraibano. **Revista Brasileira Engenharia Agrícola Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 222-228, 2005.

SILVA, P. A. et al. Caracterização de farinhas de tapioca produzidas no estado do Pará. **Ciência Rural**, online, 2012.

SILVA, A. J. R. et al. Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral - Mata do Estado de Pernambuco, Brasil. **Acta bot. bras.** 19(1): 45-60. 2005

SOARES, J. L. N. Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão. **Revista Nera**, v. 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOUZA, C. D. et al. Uso de plantas medicinais na região de Alto Paraíso de Goiás, GO, Brasil. **Acta bot. bras.** V. 20, n. 1, p. 135-142, 2006.

ANEXOS

Anexo 1.

Formulário de pesquisa socioeconômico e cultural da comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres.

Entrevistadora: Luciene da Costa Rodrigues

Cáceres, MT ___/___/___.

Perfil Socioeconômico do Informante

1.1. Nome: _____

1.2. Naturalidade: _____

1.3. Data de Nascimento: _____ Sexo: F () M ()

1.4 Qual a principal origem da renda familiar?

1.5 () Agricultura

1.6 () Salário

1.7 () Aposentadoria

1.8 () Outros _____.

1.9 Quais as principais fontes de renda familiar? (Detalhar):

1.10 () Floresta (Extratativismo)

1.11 () Agricultura (Culturas agrícolas)

1.12 () Bovino () Leiteiro () Corte () Mista (Leiteiro/Corte)

1.13 () Suíno

1.14 () Avicultura

1.15 () Caprino

1.16 () Ovino

1.17 () Horticultura

1.18 () Apicultura

1.19 () Outros _____.

2. Identificação da Propriedade

2.1. Nome da propriedade: _____

2.2. Localização: (roteiro de acesso, número do lote, estrada, pontos de referências)

2.3. Extensão territorial da propriedade: _____.

2.4. Natureza da relação com a unidade rural: () Própria () Arrendamento () Parceria () Ocupante

Outro: _____

2.5. Há quanto tempo? _____

2.6 Quantas pessoas da sua família trabalham efetivamente na propriedade? Quais são?

2.7. Há disponibilidade de água na propriedade? () Boa () Regular () Deficiente () Não tem

2.8. Tipos de Paisagens dominantes na propriedade (Terra Firme, Várzea, Capoeira, Cerrado, Área Cultivada, Toco):

2.9. Espécies vegetais e animais presentes na propriedade. Tempo de experiência em anos:

3. Infraestrutura Existente na Propriedade:

3.1 Elementos de apoio a atividade agrícola:

3.1.1 Armazenamento de produtos agrícolas: (paiol, armazém, galpão, curral, galinheiro, animal de trabalho), descrever: _____

4. Sistemas de Produção

4.1 Usa mão-de-obra contratada? () Não () Sim

4.2 Usa parceria? () Não () Sim

Qual: _____

4.3 Possui ou já possuiu algum financiamento agrícola () Não () Sim

Qual: _____

4.5 Quais são as plantas que fazem parte do sistema de produção adotado?

4.6 Como escolheu o(s) tipo(s) de cultura(s) que trabalha?

4.6.1 () Imposição do programa de financiamento

4.6.2 () Orientação técnica

4.6.3 () Iniciativa própria

4.6.4 () Outros: _____

4.7 Qual da finalidade da produção:

4.7.1 () Subsistência

4.7.2 () Troca

4.7.3 () Comercialização

4.7.4 () Outros _____

4.8 Como escolhe a área para plantio?

4.9 Atividades: Sistema de cultivo, Tratos Culturais, Colheita, Procedimento da semente, Armazenamento e Comercialização da propriedade envolvida.

Cultura	Área Plantada	Forma de preparo da área plantada	Sistema de Cultivo			Finalidade			Processamento	
			Solteiro	(Saf's)	Outros	Consumo	Comercialização	Outros	Não	Sim ^{*1}

Descrever a natureza do processamento (Sim^{*1}) _____

4.10 Faz queimada: () Não () Sim

Descrever o processo: _____

4.11 Tratos Culturais:

4.11.1 Tratos culturais – Insumos agrícolas:

() Adubação química

() Adubação orgânica

() Outros _____

Observação: _____

4.11.2 Preparo de manejo do solo e plantas:

() Capina

() Defensivos químicos

() Outros _____

Observação: _____

4.12 Procedências das Sementes:

Espécie	Colheita		Procedência/Semente			Armazenamento		Comercialização		
	Época (mês)	Produtividade (Kg/ha)	Própria	Compra	Outros	Não	Sim ^{*2}	Direta	Troca	Outros

Descrever como é o processo de armazenamento caso seja (Sim^{*2}) _____

4.13 Sistema de Criação de rebanhos e outros animais:

4.13.1 Animal: _____

4.13.2 Quantidade: _____

4.14 Tipologia do animal:

4.14.1 () Leiteiro

4.14.2 () Corte

4.14.3 () Misto (Leiteiro/Corte)

4.14.4. () Outros _____

4.15 Suplementações Alimentar:

4.15.1 () Mineralização

4.15.2 () Outros _____

4.16 Informações Sanitárias:

4.16.1 () Vacinações

4.16.2 () Medicações

Observação (Medicação – preventiva ou curativa, se for com plantas medicinais, perguntar como prepara? Onde pega? Que horário?) descrever: _____

5. Indicadores Ambientais

5.1 Problemas ambientais existentes na propriedade (observar):

5.1.1 () Desmatamento () Poluição (agrotóxicos) () Descarte de embalagens

5.1.2 () Comprometimento da preservação de mata ciliar

5.1.3 () Índícios de erosão: () alta () média () baixa

5.2 Como o Sr. (a) classifica a qualidade do solo de sua propriedade no geral?

Unidade de Produção na paisagem	Ótimo/Muito Bom	Bom	Médio/Razoável	Não muito bom/Cansado	Ruim/Pobre/Fraco	Outros

5.3 O que o Sr (a) observa/considera para dizer sobre a qualidade do solo? (Indicadores)

5.4 O Sr. (a) tem problemas de erosão na propriedade? () Não () Sim

Se Sim o que provoca: _____

5.5 O Sr. (a) faz alguma coisa para conservar o solo? () Não () Sim

O quê? (Adubação Verde, Cobertura Verde/Seca, Rotação de Culturas (Quais), Pousio (Quanto tempo), Curva de Nível, Plantio em Linha)

5.5 Qual o destino que o Sr. (a) dá aos dejetos de animais?

5.6 Qual o destino que o Sr. (a) dá aos resíduos de vegetais?

Anexo 2. Lista Florística da Comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. **Legenda:** Categorias de uso das plantas indicadas pela população: **1:** Consumo Humano; **2:** Uso Madeireiro; **3:** Alimento Animal; **4:** Comercialização (Microindústria); **5:** Construção rústica; **6:** Medicinal; **7:** Cultivado para comércio; **8:** Adubo orgânico, **9:** Não indicado. **Fa:** Frequência Absoluta; **Fr:** Frequência relativa simples em relação ao número de plantas citadas por propriedades. Ocorrência: **aa:** Ambiente antropizado; **ss:** Cerrado stricto sensu; **cd:** Cerradão; **ca:** Cerrado sobre afloramento rochoso; **mg:** Mata de galeria; **mc:** Mata ciliar; **pt:** Pastagem; **ql:** Quintal; **rç:** Roça; **va:** Vários ambientes.

Família	Espécie	Denominação Local	Fa.	Fr(%)	Utilização	Local de Ocorrência
ANACARDIACEAE	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Caju	5	1	1, 6	ql
	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott	Gonçaleiro	3	0,6	2	cd
	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	Aroeira	5	1	2,6	cd
	<i>Spondias mombin</i> L.	Cajá	3	0,6	1	cd, mg
ANNONACEAE	<i>Xylopia aromatica</i> (Lam.) Mart.	Pindaíba	3	0,6	9	aa
	<i>Annona crassiflora</i> Mart.	Ata do Mato	2	0,4	9	cd, ss
	<i>Annona dioica</i> A.St.-Hil.	Ata do Mato	4	0,8	9	cd, ss
	<i>Duguetia furfuracea</i> (A.St.-Hil.) Saff.	Ata de Árvore	2	0,4	9	cd
AMARYLLIDACEAE	<i>Hippeastrum belladonna</i> L.	Frota	1	0,2	9	ca
APOCYNACEAE	<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Müll.Arg.	Peroba rosa	2	0,4	2	cd
	<i>Aspidosperma macrocarpon</i> Mart.	Peroba mirim	2	0,4	2	cd
	<i>Aspidosperma</i> cf. <i>australe</i> Müll.Arg.	Guatambu	1	0,2	6	va
	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Mangava	2	0,4	6	ss, ca
	<i>Himatanthus obovatus</i> (Müll.Arg.) Woodson	Angélica	2	0,4	2	cd, rç
	<i>Himatanthus sucuuba</i> (Spruce ex Müll.Arg.) Woodson	Não indicado	2	0,4	9	cd, mg
	<i>Secondatia densiflora</i> A.DC.	Canoinha	2	0,4	9	aa
ARACEAE	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott.	Cará	3	0,6	1	ql, rç
ARECACEAE	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jac.) Lodd.	Bocaiuva	4	0,8	1	ql, rç
	<i>Cocos nucifera</i> L.	Coco da baía	4	0,8	1	ql
	<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.	Buriti	2	0,4	5	va
	<i>Mauritiella</i> cf. <i>armata</i> (Mart.) Burret	Buritirana	1	0,2	9	mc
	<i>Orbignya oleifera</i> Bur.	Babaçu	5	1	1,5	cd
	<i>Scheelea phalerata</i> (Mart.) Bur.	Acuri	4	0,8	5	ql

Anexo 2 – Continuação.						
	<i>Attalea cf. geraensis</i> Barb. Rodr.	Indaiá	1	0,2	9	cd
ASTERACEAE	<i>Eupatorium odoratum</i> L.	Arnicão	2	0,4	6	aa
	<i>Solidago chilensis</i> Meyen	Arnica	1	0,2	6	ql
BIGNONIACEAE	<i>Anemopaegma arvense</i> (Vell.) Stellfeld ex de Souza	Catuaba	4	0,8	6	ss, aa
	<i>Cybistax antisiphilitica</i> (Mart.) Mart.	Escova de cavalo	1	0,2	9	cd
	<i>Jacaranda cuspidifolia</i> Mart.	Carobinha	2	0,4	9	cd
	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos	Piúva	3	0,6	9	cd, mc
	<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	Ipê	1	0,2	2	cd
	<i>Handroanthus vellosi</i> (Toledo) Mattos	Ipê	5	1	2	cd
	<i>Tabebuia aurea</i> (Silva Manso) Benth. & Hook.f. ex S.Moore	Paratudo	3	0,6	6	cd
BORAGINACEAE	<i>Cordia glabrata</i> (Mart.) A.DC.	Louro	2	0,4	9	cd
BROMELIACEAE	<i>Ananas ananassoides</i> (Baker) L.B.Sm.	Abacaxizinho	3	0,6	9	va
BURSERACEAE	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand	Protium	2	0,4	9	cd
CARICACEAE	<i>Carica papaya</i> L.	Mamão	5	1	1	ql, rç
CANNABACEAE	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Piriquiteira	2	0,4	9	aa
CARYOCARACEAE	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess.	Pequi	5	1	1	cd
COMBRETACEAE	<i>Buchenavia tomentosa</i> Eichler	Cama de Onça	2	0,4	9	cd
	<i>Combretum leprosum</i> Mart.	Carne de vaca	2	0,4	9	cd
	<i>Terminalia argentea</i> Mart.	Não indicado	1	0,2	9	cd
COMMELINACEAE	<i>Comelina ereta</i> L.	Capoeiraba	2	0,4	9	ql, rç
CONVOLVULACEAE	<i>Ipomoea batatas</i> L.	Batata doce	1	0,2	1	ql, rç
CUCURBITACEAE	<i>Cayaponia podantha</i> Cogn.	Melancia de Pacu	1	0,2	9	mc
	<i>Cucumis anguria</i> L.	Maxixe	3	0,6	1	rç
	<i>Cucurbita</i> spp.	Abóbora	5	1	1,6	ql, rç
CLUSIACEAE	<i>Kielmeyra cf. coriacea</i> Mart.	Pau Santo	1	0,2	9	cd
DILLENACEAE	<i>Curatella amaricana</i> L.	Lixeira	5	1	1	cd, ss
	<i>Davilla elliptica</i> A.St.-Hil.	Lixinha	2	0,4	9	cd, ss

Anexo 2 – Continuação.						
EBENACEAE	<i>Diospyros hispida</i> A.DC.	Não indicado	1	0,2	9	cd, ss, ca
ERYTHROXYLACEAE	<i>Erythroxylum anguifugum</i> Mart.	Não indicado	1	0,2	9	cd, ss, ca
	<i>Erythroxylum deciduum</i> A.St.-Hil.	Não indicado	1	0,2	9	cd, ss, ca
EUPHORBIACEAE	<i>Dalechampia scandens</i> L.	Não indicado	2	0,4	9	ss
	<i>Dalechampia linearis</i> Baill.	Não indicado	1	0,2	9	ss
	<i>Dalechampia stipulacea</i> Mull.Arg.	Trepadeira	1	0,2	9	ss
	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Mandioca 6 meses	3	0,6	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca 3 meses branquinha	2	0,4	1,3	ql, rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca branquinha	2	0,4	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca rajadinha	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca rasga saco	1	0,2	1,3,7	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca aipim	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca branquinha	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca branca (caule grosso)	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca cacau gaiadeira	1	0,2	1,3,7	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca cacau pan	1	0,2	1,3,7	ql, rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca cacau vermelha – casca roxa	2	0,4	1,3,7	ql, rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca orelha de onça	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca entremeada ou matrichã	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca juruti	2	0,4	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca menina branca	2	0,4	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca pão	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca paraguinha	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca capivara	2	0,4	1,3	rç

Anexo 2 – Continuação.						
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca vermelha – 3 galho	1	0,2	1,3	rç
	<i>M. esculenta</i> Crantz	Mandioca sertaneja	1	0,2	1,3	ql, rç
FABACEAE	<i>Bauhinia pentandra</i> (Bong.) D.Dietr.	Pé de boi	2	0,4	9	aa
	<i>Bauhinia rufa</i> (Bong.) Steud.	Pé de boi	2	0,4	9	aa
	<i>Copaifera martii</i> Hayne	Pau d' Olinho	1	0,2	9	ca, ss
	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	Copaíba	1	0,2	6	ca, ss
	<i>Dimorphandra mollis</i> Benth.	Maria pobre, Barbatimão	4	0,8	6	cd
	<i>Dipteryx alata</i> Vogel	Baru	5	1	1,2	cd
	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Jatobá da mata	4	0,8	1,2,6	cd
	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne	Jatobá Mirim	2	0,4	1,2,6	cd
	<i>Albizia saman</i> (Jacq.) F. Muell.	Corticeira	2	0,4	9	cd
	<i>Andira cujabensis</i> Benth.	Morcegueira	1	0,2	9	cd
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	Ximbuva, Pau de viola	1	0,2	9	va
	<i>Erythrina fusca</i> Lour.	Abobreira	2	0,4	9	cd
	<i>Inga marginata</i> Willd.	Ingá	2	0,4	1	mc
	<i>Machaerium acutifolium</i> Vogel	Sucupira do campo	1	0,2	9	cd, mc
	<i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	Vinhático	3	0,6	2	cd
	<i>Pterogyne nitens</i> Tul.	Não indicado	1	0,2	9	cd
	<i>Stryphnodendron rotundifolium</i> Mart.	Barbatimão verdadeiro	5	1	6	cd
	<i>Tachigali aurea</i> Tul.	Não indicado	1	0,2	9	cd
	<i>Tamarindus indica</i> L.	Tamarindo	3	0,6	1,6	ql
	<i>Senna alata</i> (L.) Roxb.	Não indicado	1	0,2	9	cd, aa
	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	Feijão carioquinha	3	0,6	1,8	rç
	<i>P. vulgaris</i> L.	Feijão rosinha	2	0,4	1,8	rç
	<i>Cajanus cajan</i> L.	Feijão andu	5	1	8	ql, rç
	<i>Canavalia</i> sp.	Feijão de porco	1	0,2	8	rç

Anexo 2 – Continuação.

	<i>Vatairea macrocarpa</i> (Benth.) Ducke	Não indicado	1	0,2	9	cd
LAMIACEAE	<i>Vitex cymosa</i> Bertero ex Spreng.	Tarumã	2	0,4	9	cd, va
LOGANIACEAE	<i>Strychnos pseudoquina</i> A.St.-Hil.	Quina do cerrado	5	1	6	cd
LYTHRACEAE	<i>Adenaria floribunda</i> Kunth	Não indicado	1	0,2	9	cd
	<i>Lafoensia pacari</i> A.St.-Hil.	Mangava brava	1	0,2	9	cd, ss, ca
	<i>Physocalymma scaberrimum</i> Pohl	Carijó	3	0,6	2	cd
MALVACEAE	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench.	Quiabo	5	1	1	rç
	<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth	Sucupira do campo	4	0,8	9	cd
	<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam.	Chico magro	2	0,4	6	aa
	<i>Gossypium hirsutum</i> L.	Algodão	2	0,4	9	rç
	<i>Helicteres guazumifolia</i> Kunth	Rosquinha	2	0,4	9	cd, aa
	<i>Luehea paniculata</i> Mart. & Zucc.	Soita Cavalo	2	0,4	9	cd
	<i>Palicourea coriacea</i> (Cham.) K. Schum	Tampa de panela	2	0,4	9	cd
	<i>Sterculia apetala</i> (Jacq.) H.Karst.	Manduvi	2	0,4	9	cd
	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K.Schum.	Cupuaçu	1	0,2	1	ql
MALPIGHIACEAE	<i>Banisteriopsis</i> cf. <i>Pubipetala</i> (A. Juss.) Cuatrec.	Cipó	1	0,2	9	aa
	<i>Byrsonima coccolobifolia</i> Kunt	Canjicão branco	1	0,2	9	ss
	<i>Byrsonima</i> cf. <i>Intermedia</i> A. Juss.	Canjiquinha folha pequena	1	0,2	9	ss
	<i>Byrsonima sidoniifolia</i> A. Juss.	Canjiquinha	5	1	1	mc, ss
	<i>Byrsonima verbacifolia</i> (L.) DC.	Canjicão	1	0,2	9	ss
	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	Canjicão	2	0,4	9	ss
MELASTOMATACEAE	<i>Mouriri guianensis</i> Aubl.	Roncador	1	0,2	9	mc
MORACEAE	<i>Brosimum gaudichaudii</i> Trécul	Algodão doce do cerrado	5	1	1	ca, ss
	<i>Dorstenia brasiliensis</i> Lam.	Caiapiá	2	0,4	9	aa
	<i>Morus nigra</i> L.	Amora	1	0,2	1	ql
	<i>Ficus</i> cf. <i>gomelleira</i> Kunth	Figuera	2	0,4	9	va

Anexo 2 – Continuação.						
MYRTACEAE	<i>Eugenia florida</i> DC.	Não indicado	1	0,2	9	aa
	<i>Eugenia dysenterica</i> DC.),	Cagaita	1	0,2	2	cd
MUSACEAE	<i>Musa paradisiaca</i> L.	Banana cambutona	1	0,2	1	ql, rç
	<i>M. paradisiaca</i> L.	Banana de fritar	3	0,6	1	ql, rç
	<i>M. paradisiaca</i> L.	Banana maçã	2	0,4	1	ql, rç
	<i>M. paradisiaca</i> L.	Banana roxa	1	0,2	1	ql, rç
	<i>M. paradisiaca</i> L.	Banana santomé	2	0,4	1	ql, rç
	<i>M. paradisiaca</i> L.	Bananinha	1	0,2	1	ql, rç
OCHINACEAE	<i>Ouratea hexasperma</i> (A.St.-Hil.) Baill.	Não indicado	1	0,2	9	cd
OPILIACEAE	<i>Agonandra brasiliensis</i> Mirs	Não indicado	2	0,4	9	cd, ss
ORCHIDADEAE	<i>Cattleya cf. nobilior</i> Rchb.f.	Orquídea	1	0,2	9	ql
POACEAE	<i>Guadua paniculata</i> Munro	Taquara	3	0,6	9	aa
	<i>Zea mays</i> L.	Milho	5	1	1,3	rç
	<i>Oryza sativa</i> L.	Arroz	4	0,8	1	rç
	<i>Urochloa decumbens</i> (stapf) R. D. Wester	Braquiário	2	0,4	3	pt
	<i>Urochloa humidicula</i> (Rendle) Morrone & Zuloaga	Braquiária	2	0,4	3	pt
	<i>Saccharum officinarum</i> L.	Cana, Cana lista branca	5	1	1,3	ql, rç
POLYGONACEAE	<i>Coccoloba mollis</i> Casar.	Não indicado	1	0,2	9	cd
	<i>Triplaris americana</i> L.	Novateiro	2	0,4	9	mc
PORTULACACEAE	<i>Portulaca oleracea</i> L.	Onze horas	3	0,6	9	aa
	<i>Talinum triangulare</i> (Jacq.) Willd.	Não indicado	1	0,2	9	aa
PROTEACEAE	<i>Roupala montana</i> Aubl.	Não indicado	1	0,2	9	cd, ss
RUBIACEAE	<i>Alibertia edulis</i> (Rich.) A.Rich.	Marmelada	1	0,2	9	cd
	<i>Genipa amaricana</i> L.	Genipava	2	0,4	2,6	cd
	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Noni	2	0,4	6	ql
	<i>Rudgea viburnoides</i> (Cham.) Benth.	Pau Santo	2	0,4	9	cd
RUTACEAE	<i>Zanthoxylum rigidum</i> Humb. & Bonpl. ex Willd.	Maminha de porca	1	0,2	9	cd

Anexo 2 – Continuação.						
	<i>Citrus</i> sp.	Laranja misteriosa	3	0,6	1	ql, rç
SALICACEAE	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Não indicado	2	0,4	9	cd
SAPINDACEAE	<i>Dilodendron bipinnatum</i> Radlk.	Maria pobre	1	0,2	9	cd
	<i>Magonia pubescens</i> A.St.-Hil.	Timbó	3	0,6	2,6	cd
	<i>Paulinia pinnata</i> L.	Não indicado	1	0,2	9	aa
SIMAROUBACEAE	<i>Simarouba versicolor</i> A.St.-Hil.	Canela preta	1	0,2	9	cd
SOLANACEAE	<i>Solanum lycocarpum</i> A.St.-Hil.	Lobeira	1	0,2	9	aa
	<i>Capsicum</i> cf. <i>frutescens</i> L.	Pimenta vermelha	4	0,8	1	ql
URTICACEAE	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	Embaúba	5	1	9	aa
VOCHYSIACEAE	<i>Callisthene fasciculata</i> Mart.	Pau terra	1	0,2	9	cd
	<i>Qualea grandiflora</i> Mart.	Pau terra	2	0,4	9	cd, ss, ca
	<i>Qualea parviflora</i> Mart.	Pau terra	2	0,4	9	cd, ss, ca
	<i>Salvertia convallariodora</i> A.St.-Hil.	Não indicado	1	0,2	9	cd, ss
	<i>Vochysia cinnamomea</i> Pohl	Não indicado	1	0,2	9	ss
	<i>Vochysia divergens</i> Pohl	Cambará	4	0,8	9	ss

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território onde está estabelecida a comunidade Nossa Senhora da Guia desde década de 60, mais especificamente com a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, vem se modificando por questões fundiárias. Com a ordem do Governo Federal, o órgão responsável em Mato Grosso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi obrigado a dividir as terras da Morraria na qual a localidade estudada está inclusa. A partir deste fato muitos agricultores nativos daquele local perderam o direito de permanecer em suas terras por não possuírem documentações comprovando o título de posse. Os agricultores que se estabeleceram nessa região após a delimitação das áreas construíram a sua vida com as novas adaptações, principalmente com a entrada de agricultores externos que adquiriram as terras mediante a compra.

Forças indutoras do processo que estabeleceu ao INCRA a delimitação das terras da Morraria, este trabalho não teve acesso às documentações dessa natureza.

Os agricultores nativos que permaneceram no local e mantiveram suas práticas relacionadas ao manejo agrícola e de acesso aos recursos naturais, minimizando influências externas, possíveis modificadoras do modo de vida local. O cultivo na roça, no quintal, a utilização de produtos disponíveis na natureza para confecção de materiais usados nas atividades domésticas, na unidade produtiva e no lazer, são efetivados por possuírem conhecimento sobre o ambiente em que estão inseridos por aproximadamente duas gerações.

É nesse sentido que atualmente permanecem, nesta comunidade, práticas que evidenciam uma cultura integrada dentro das condições gerais de produção, pelas quais são respeitados os limites do ecossistema; as identidades étnicas e os valores culturais, assim como as práticas comunais de acesso e manejo coletivo da natureza. Foram e são a base de um desenvolvimento firmado no potencial dos recursos naturais respeitando os limites da diversidade biológica e cultural da microrregião da Morraria.